



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL EM SÃO TOMÉ E
PRÍNCIPE: O PAPEL DA AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE
COMÉRCIO E INVESTIMENTO**

Waite dos Ramos de Deus Lopes Neto

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por

Professora Doutora Ana Paula Carvalho do Monte

Bragança, Dezembro de 2025.



ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

**SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL EM SÃO TOMÉ E
PRÍNCIPE: O PAPEL DA AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE
COMÉRCIO E INVESTIMENTO**

Waite dos Ramos de Deus Lopes Neto

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por
Professora Doutora Ana Paula Carvalho do Monte

Bragança, Dezembro de 2025.

RESUMO

Este estudo analisou o nível de adoção de práticas de sustentabilidade empresarial em diferentes setores de atividade em São Tomé e Príncipe, com especial atenção ao papel da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI) na promoção do desenvolvimento sustentável. A investigação baseou-se na aplicação de inquéritos a empresas dos setores agrícola, industrial, comercial, de serviços e outros, permitindo uma caracterização detalhada quanto à sua idade, dimensão, nível de sensibilização, tipos de apoio recebidos e principais dificuldades enfrentadas na implementação de práticas sustentáveis. Os resultados revelam assimetrias significativas entre os setores, com destaque para o setor de serviços, que demonstrou maior grau de sensibilização e adoção de práticas sustentáveis. Por outro lado, observou-se uma perceção predominantemente negativa por parte das empresas quanto ao desempenho da APCI na promoção da sustentabilidade. Neste estudo também se analisou a estratégia da APCI para o contributo da sustentabilidade, tendo por base a observação direta e a entrevista semiestruturada ao diretor da APCI. O estudo contribui para a compreensão dos desafios e oportunidades no contexto empresarial são-tomense, oferecendo contributo para a formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Palavras-chave: Sustentabilidade empresarial, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, práticas sustentáveis, APCI, São Tomé e Príncipe.

ABSTRACT

This study examined the level of adoption of corporate sustainability practices across different economic sectors in São Tomé and Príncipe, with particular emphasis on the role of the Agency for the Promotion of Trade and Investment (APCI) in advancing sustainable development. The research was based on surveys conducted with companies operating in the agricultural, industrial, commercial, service, and other sectors, allowing for a detailed characterization in terms of age, size, awareness levels, types of support received, and the main challenges encountered in implementing sustainable practices. The results revealed significant disparities among sectors, with the service sector standing out for its higher degree of awareness and implementation of sustainable practices. Conversely, a predominantly negative perception was observed among companies regarding APCI's performance in promoting sustainability. This study also analysed APCI's strategy for contributing to sustainability, based on direct observation and a semi-structured interview with the director of APCI. This study contributes to a better understanding of the challenges and opportunities in the São Toméan business context, providing insights for the formulation of more effective public policies aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs).

Keywords: Corporate sustainability, Sustainable Development Goals, sustainable practices, APCI, São Tomé and Príncipe.

AGRADECIMENTO

Este trabalho de dissertação, desenvolvido no âmbito do mestrado em Gestão das Organizações, e tendo em vista a obtenção do respetivo grau de mestre, é o culminar de um longo e difícil percurso que contou com importantes apoios e incentivos e sem os quais tal não teria sido possível. São muitos aqueles que ajudaram a transformar este sonho numa realidade e aos quais estarei eternamente grata. Sem querer personalizar, para não correr o risco de cometer algum tipo de omissão e injustiça, não posso deixar de agradecer:

A Deus, por me conceder força, saúde e sabedoria para enfrentar os desafios ao longo desta jornada académica.

Ao Instituto Politécnico de Bragança e os seus funcionários, docentes e não docentes, por terem estado sempre ao melhor nível das minhas expetativas;

Agradeço a minha orientadora, a Professora Ana Paula Carvalho do Monte pela enorme disponibilidade, prontidão com que sempre respondeu aos meus apelos e, fundamentalmente, pelas palavras de apoio e carinho que me deu ao longo de todo este percurso;

Agradeço profundamente aos meus pais e irmãos por todo o apoio e pela confiança contínua em mim e nas minhas capacidades. Seu apoio foi fundamental para a conclusão desta etapa.

Gostaria também de agradecer aos meus amigos pelo apoio constante, a ajuda, a motivação e por todos os momentos vividos e por terem tornado estes anos memoráveis.

A todos, muito obrigado!

ÍNDICE

Lista de Acrónimos e Siglas	vii
Lista de figuras	viii
Lista de tabelas	ix
INTRODUÇÃO	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
1.1. Sustentabilidade empresarial, conceito e relevância	3
1.2. Principais recomendações da ONU relacionadas à sustentabilidade empresarial	4
1.3. Objetivos de desenvolvimento sustentável e conexão com a sustentabilidade empresarial	4
1.4. Análise das tendências globais em sustentabilidade empresarial e sua aplicabilidade ao cenário são-tomense.....	5
1.5. O papel das agências governamentais para a promoção da sustentabilidade e ODS entre o tecido empresarial – perspectiva internacional	6
2. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E O PAPEL DA AGÊNCIA PARA PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E INVESTIMENTO (APCI) NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	7
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	10
3.1. Pergunta de investigação e Objetivos	10
3.2. Objeto de estudo e métodos de recolha de dados	11
3.3. Métodos de tratamento de dados	12
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	13
4.1. Caracterização das Empresas: Tamanho e Idade por Setor	14
4.2. Sensibilização e Implementação de Práticas de Sustentabilidade	18
4.3. Adoção de Práticas de Responsabilidade Social e Ambiental por Setor de Atividade ...	21
4.4. Apoio Recebido pelas Empresas: Capacitação, Assistência Técnica e Financiamento por Setor.....	26
4.5. Dificuldades na Implementação de Práticas Sustentáveis: Análise Setorial.....	28
4.6. Perceção das Empresas quanto ao Papel da APCI na Promoção da Sustentabilidade em São Tomé e Príncipe	29
4.7. Modelos e estratégias de sustentabilidade usados atualmente pela APCI em São Tomé e Príncipe, desafios e oportunidades.....	34
4.7.1. Modelos e Estratégias de Sustentabilidade da APCI	35
4.7.2. Desafios Enfrentados e Oportunidades Futuras.....	36
CONCLUSÃO, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
ANEXOS.....	43
Anexo I - Inquérito sobre a Sustentabilidade Empresarial em São Tomé e Príncipe	43
Anexo II – Entrevista semi-estruturada.....	47

Lista de Acrónimos e Siglas

APCI - Agência de Promoção do Comércio e Investimento

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

EFD - Empresas de Grande Dimensão

ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança)

FMI - Fundo Monetário Internacional

IED - Investimento Estrangeiro Direto

INE - Instituto Nacional de Estatística (de São Tomé e Príncipe)

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PME - Pequenas e Médias Empresas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

RSA - Responsabilidade Social Ambiental

STP - São Tomé e Príncipe

UE - União Europeia

Lista de figuras

Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.	5
Figura 2: Atribuições da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI).....	8
Figura 3: Distribuição das empresas em função do seu tamanho.....	14
Figura 4: Distribuição do tempo de atividade das empresas por setor de atividade em São Tomé e Príncipe.	15
Figura 5: Distribuição das empresas em função do tempo de atividade.	16
Figura 6: Distribuição do tempo de atividade das empresas da amostra por setor de atividade em São Tomé e Príncipe.....	18
Figura 7: Sensibilização das empresas para a adoção de práticas de sustentabilidade.	19
Figura 8: Sensibilização das empresas para a adoção de práticas de sustentabilidade em função do setor.....	20
Figura 9: Nível de sensibilidade das empresas para a sustentabilidade e ODS.	21
Figura 10: Adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental.	22
Figura 11: Adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental em função do setor.	22
Figura 12: Realização do reporte voluntário das práticas RSA.	24
Figura 13: Distribuição percentual de empresas da amostra que receberam apoio à sustentabilidade, por tipo de apoio e setor de atividade.....	27
Figura 14: Distribuição percentual de empresas da amostra que reportaram dificuldades, por tipo de dificuldade reportada e setor de atividade.	28
Figura 15: Percepção das empresas são-tomenses da amostra quanto ao papel da APCI na promoção da sustentabilidade. (a) Promoção da sustentabilidade empresarial; (b) Promoção de investimentos sustentáveis; (c) Contributo para o alcance dos ODS. Os valores representam a proporção de empresas que atribuíram cada tipo de percepção (de “Muito Negativa” a “Muito Positiva”).....	30
Figura 16: Apoio recebido da APCI.....	32
Figura 17: Avaliação do papel da APCI na promoção da sustentabilidade empresarial.	33
Figura 18: Serviços oferecidos pela APCI, utilizados pelas empresas inquiridas.	33
Figura 19: Contributo do Apoio da APCI, para a implementação de práticas sustentáveis nas empresas inquiridas	34

Lista de tabelas

Tabela 1: Teste Binomial sobre a adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental.	22
Tabela 2: Análise de Clusters da Sensibilização e Implementação de Práticas Sustentáveis. .	26
Tabela 3: Análise de Clusters da Sensibilização e Implementação de Práticas Sustentáveis. .	26
Tabela 4: Análise de Clusters da Percepção sobre o Papel da APCI para a Sustentabilidade. ..	31
Tabela 5: Comparação do Papel da APCI em função das variáveis caracterizadoras das empresas.....	32

INTRODUÇÃO

São Tomé e Príncipe (STP), um arquipélago situado no Golfo da Guiné, no Oeste da África Central, é um país de notável beleza natural, com uma rica herança histórica e cultural (Ceriaco et al., 2021). Com uma população diversificada e uma economia em desenvolvimento, STP enfrenta desafios significativos no caminho para o desenvolvimento sustentável (Organização Internacional do Trabalho, 2020; Ceriaco et al., 2021).

A sustentabilidade empresarial é um tema de crescente relevância no cenário global, impulsionada pela necessidade de alinhar o desenvolvimento económico com a preservação ambiental e a justiça social (Monte, 2012; Pina et al., 2021). Esse alinhamento é crucial para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), que visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir prosperidade para todos até 2030 (Yumnam et al., 2024). No contexto de STP, essa questão adquire uma importância ainda maior devido aos desafios económicos e sociais que o país enfrenta.

No âmbito deste cenário, a promoção da sustentabilidade empresarial se destaca como um componente essencial para a construção de um futuro mais próspero e equitativo (Carvalho,

2019; OIT, 2020; Pina et al., 2021). Nesse contexto, a Agência para Promoção do Comércio e Investimentos (APCI) desempenha um papel crucial na facilitação de investimentos e no estímulo ao comércio no país, colaborando ativamente com empresas nacionais e estrangeiras.

A presente dissertação propõe-se a investigar o papel da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI¹) na promoção da sustentabilidade entre as empresas são-tomenses. Para tanto, explora questões centrais como: Qual é o papel da APCI na adoção de práticas de sustentabilidade pelas empresas são-tomenses? Estão as empresas são-tomenses sensibilizadas para adotarem práticas de sustentabilidade? Como percebem o papel da APCI na promoção da sustentabilidade? A investigação procura, ainda, analisar como a APCI pode contribuir para o alcance dos ODS prioritários para São Tomé e Príncipe.

Para atingir esses objetivos, a pesquisa desenvolve-se em dois eixos principais: o estudo das medidas e políticas implementadas pela APCI para a promoção da sustentabilidade e o alcance dos ODS, e a análise da percepção e sensibilidade das empresas são-tomenses quanto às questões de sustentabilidade e ao papel da APCI. A metodologia adotada inclui a análise documental, entrevistas semiestruturadas com dirigentes da APCI e um inquérito por questionário dirigido a uma amostra representativa de empresas de diferentes dimensões e setores de atividade.

Este trabalho busca, assim, contribuir para um entendimento mais aprofundado sobre como as políticas de promoção de sustentabilidade empresarial podem ser implementadas em contextos específicos como o de STP.

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. No Capítulo 1, é apresentado o enquadramento teórico, abordando conceitos fundamentais sobre sustentabilidade empresarial, investimento sustentável e os ODS. O Capítulo 2 descreve o contexto de São Tomé e Príncipe e o papel da APCI na promoção da sustentabilidade empresarial. No Capítulo 3, é exposta a metodologia utilizada para a realização do estudo, detalhando os procedimentos de recolha e análise dos dados. O Capítulo 4 apresenta e analisa os principais resultados obtidos através dos inquéritos às empresas, respondendo às questões de investigação e discutindo os desafios e oportunidades identificados. Por fim, no último capítulo, são apresentadas as conclusões do trabalho, as principais limitações encontradas e sugestões para futuras linhas de pesquisa.

¹ <https://www.apci.st/index.php/sobre> - A Agência de Promoção, Comércio e Investimento (APCI), é uma Instituição do Estado de São Tomé e Príncipe que se dedica, entre outros, a estabelecer e facilitar o diálogo entre o sector público e privado, com vista a melhorar o ambiente de negócios, promovendo São Tomé e Príncipe como o melhor destino de investimento e promoção internacional de produtos "made in São Tomé e Príncipe".

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O enquadramento teórico estabelecido neste capítulo fornece uma base sólida para entender a importância da sustentabilidade empresarial e o papel das agências governamentais na promoção de práticas sustentáveis. Este capítulo apresenta uma análise das recomendações da ONU, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das tendências globais em sustentabilidade empresarial, de modo a compreender como essas diretrizes e práticas podem ser adaptadas e implementadas no contexto de São Tomé e Príncipe.

1.1. Sustentabilidade empresarial, conceito e relevância

A sustentabilidade empresarial refere-se à capacidade das empresas de conduzirem suas atividades de forma a atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (Monte, 2012; Opferkuch et al., 2022; Pina et al., 2021). Esse conceito envolve três pilares fundamentais: o económico, o social e o ambiental (Monte, 2012). No âmbito económico, a sustentabilidade busca garantir a viabilidade financeira e o crescimento contínuo das empresas. No aspeto social, enfatiza a responsabilidade das empresas para com a sociedade, incluindo o bem-estar dos empregados,

comunidades locais e demais intervenientes. No aspeto ambiental, a sustentabilidade empresarial está focada na minimização dos impactos negativos ao meio ambiente, promovendo práticas de uso eficiente de recursos e redução de resíduos e emissões (Opferkuch et al., 2022; Pina et al., 2021).

A relevância da sustentabilidade empresarial está na sua capacidade de gerar valor a longo prazo, tanto para as empresas quanto para a sociedade em geral (Opferkuch et al., 2022). Ainda de acordo com o mesmo autor, empresas que adotam práticas sustentáveis tendem a beneficiar de maior eficiência operacional, melhor reputação, acesso a novos mercados e investidores, além de maior resiliência frente a crises económicas e ambientais. A sustentabilidade também se torna um diferencial competitivo, atraindo consumidores cada vez mais conscientes e exigentes quanto às práticas das organizações (Monte, 2012; Opferkuch et al., 2022).

1.2. Principais recomendações da ONU relacionadas à sustentabilidade empresarial

A Organização das Nações Unidas (ONU) desempenha um papel crucial na promoção da sustentabilidade empresarial através de várias iniciativas e diretrizes. Entre as principais recomendações estão os Princípios do Pacto Global da ONU, que incentivam as empresas a adotar políticas sustentáveis e a divulgar suas práticas (Leonidou et al., 2024; Wassénus et al., 2024). Esses princípios estão divididos em quatro áreas principais: direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção (Wassénus et al., 2024).

Outra recomendação essencial é a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A ONU incentiva as empresas a integrarem esses objetivos em suas estratégias de negócios, contribuindo para desafios globais como a erradicação da pobreza, a proteção ambiental e a promoção de sociedades justas e inclusivas. As empresas são incentivadas a relatar seu progresso em relação aos ODS, aumentando a transparência e o compromisso com a sustentabilidade (Leonidou et al., 2024; Opferkuch et al., 2022; Pina et al., 2021; Wassénus et al., 2024; Yumnam et al., 2024).

1.3. Objetivos de desenvolvimento sustentável e conexão com a sustentabilidade empresarial

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030 (Wassénus et al., 2024). Cada um dos 17 ODS está interconectado, e muitos deles estão diretamente relacionados com as práticas empresariais. Por exemplo, o ODS 8 que consta na figura 1 (Trabalho Decente e Crescimento Económico), incentiva as empresas a promoverem um crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, além de emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos (Nações Unidas, 2015).



Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.

Fonte: Nações Unidas (2015).

A conexão entre os ODS e a sustentabilidade empresarial é evidente, pois as empresas desempenham um papel vital na implementação dessas metas (Opferkuch et al., 2022). A adoção de práticas sustentáveis pode ajudar a atingir diversos ODS, como a inovação e infraestrutura (ODS 9), consumo e produção responsáveis (ODS 12), e ação climática (ODS 13). As empresas que incorporam os ODS em suas estratégias não só contribuem para o bem-estar global, mas também reforçam sua própria sustentabilidade a longo prazo (Yumnam et al., 2024).

1.4. Análise das tendências globais em sustentabilidade empresarial e sua aplicabilidade ao cenário são-tomense

As tendências globais em sustentabilidade empresarial incluem a crescente adoção de práticas de economia circular, a integração dos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) nas decisões de investimento, e o aumento da transparência e do reporte de sustentabilidade (Kaefer, 2022; Nações Unidas, 2015; RANDSTAD, 2025). A economia circular procura redefinir a noção de lixo, promovendo a reutilização, reciclagem e remanufatura de produtos. Isso pode ser particularmente relevante para São Tomé e Príncipe, onde a gestão eficiente de recursos naturais é crucial (Opferkuch et al., 2022; Wassénus et al., 2024).

A integração dos critérios ESG está se tornando um padrão para investidores que buscam minimizar riscos e identificar oportunidades em empresas com práticas sustentáveis. Para São Tomé e Príncipe, atrair investidores que valorizam esses critérios pode ser uma estratégia eficaz para fomentar investimentos sustentáveis no país. Além disso, a transparência e o reporte de sustentabilidade, incentivados por padrões como o Global Reporting Initiative (GRI) (Wassénus

et al., 2024), podem ajudar as empresas são-tomenses a demonstrar seu compromisso com a sustentabilidade, construindo confiança e reputação no mercado global.

1.5. O papel das agências governamentais para a promoção da sustentabilidade e ODS entre o tecido empresarial – perspectiva internacional

Agências governamentais de desenvolvimento e investimento têm um papel crucial na promoção da sustentabilidade empresarial e no avanço dos ODS. Essas agências podem criar um ambiente favorável para práticas sustentáveis por meio de políticas públicas, incentivos fiscais e financeiros, e programas de capacitação. Internacionalmente, muitas agências adotam abordagens proativas, estabelecendo parcerias com empresas para promover a inovação sustentável e o desenvolvimento inclusivo (Erin et al., 2024; Kumari & Singh, 2023; Lyulyov et al., 2024).

Por exemplo, a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos (USTDA²) e a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ³) implementam programas que apoiam a adoção de tecnologias limpas e práticas empresariais sustentáveis em países em desenvolvimento. Esses programas podem servir de modelo para São Tomé e Príncipe, onde a APCI pode desempenhar um papel similar, facilitando investimentos que promovam o desenvolvimento sustentável e ajudando as empresas locais a alinharem-se com os ODS.

Para mais informações consultar a página web da:

² <https://www.ustda.gov/about/>

³ <https://www.giz.de/en/html/index.html>

2. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E O PAPEL DA AGÊNCIA PARA PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E INVESTIMENTO (APCI) NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A sustentabilidade empresarial tem vindo a assumir um papel central nas estratégias de desenvolvimento económico global. Governos e instituições de apoio ao comércio e investimento desempenham funções essenciais na criação de ambientes favoráveis à adoção de práticas empresariais sustentáveis. Como referem Kumari e Singh (2023) e Lyulyov et al. (2024), a experiência internacional evidencia que o apoio governamental é um fator determinante para a transformação sustentável das economias, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Em São Tomé e Príncipe, a Agência para Promoção do Comércio e Investimentos (APCI) pode liderar esse esforço, utilizando as melhores práticas globais para promover um ambiente de negócios que valorize a sustentabilidade, atraindo investimentos que contribuam para um futuro mais resiliente e próspero.

Esta é uma entidade privilegiada como facilitadora essencial para o desenvolvimento económico sustentável do país conforme pode se observar na figura 2 (Carvalho, 2019). Poderá ter por isso um papel primordial na promoção de práticas de sustentabilidade pelas empresas e captação e apoio a investimentos sustentáveis e que contribuam para o alcance das metas associadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

A APCI é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, contando com uma estrutura organizacional composta por direção, departamentos e seções.

A missão da APCI compreende quatro eixos principais de atuação: i) assistência às empresas importadoras e exportadoras; ii) fornecimento de informações e ferramentas para decisores públicos e privados; iii) promoção dos produtos e serviços nacionais nos mercados externos; e iv) a promoção de São Tomé e Príncipe como um destino para negócios e investimentos. Entre seus principais objetivos, destacam-se a melhoria da produtividade e competitividade das empresas, a contribuição para a definição de políticas comerciais e a revisão do quadro regulamentar, o aumento da visibilidade dos produtos nacionais nos mercados internacionais e a melhoria do clima de negócios e das condições de atração de investimento estrangeiro direto.

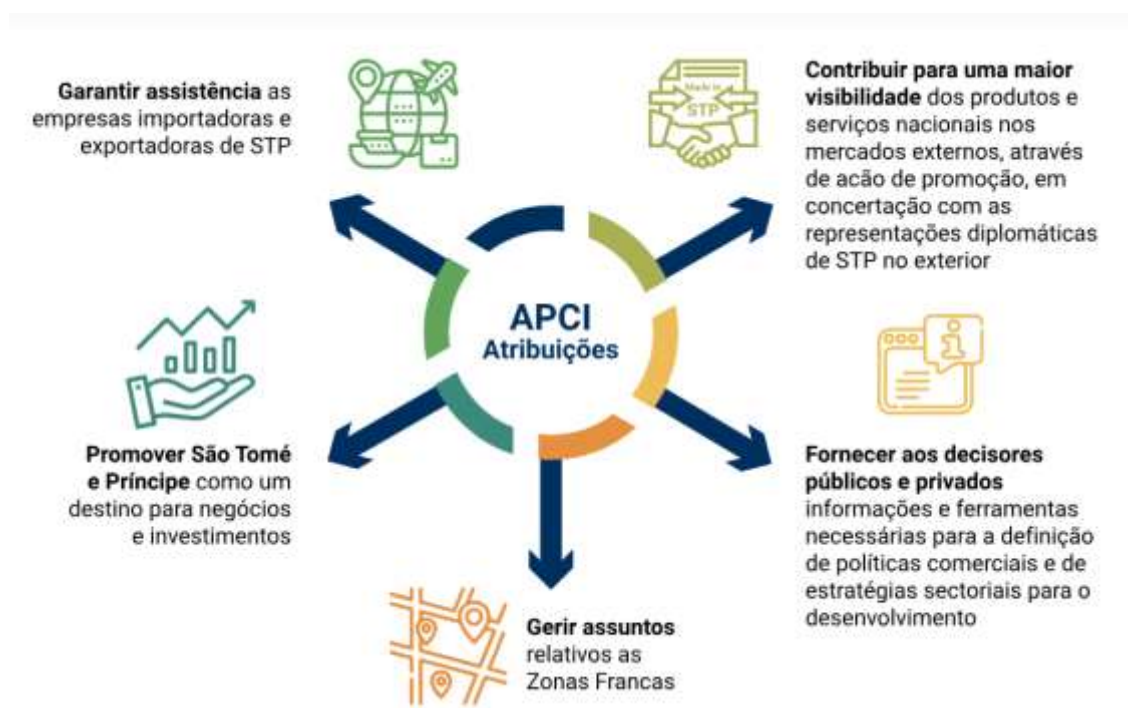


Figura 2: Atribuições da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI).
Fonte: <https://www.apci.st/index.php/sobre> (julho de 2024).

A atuação da APCI é orientada por princípios como a preservação do interesse nacional, a promoção da iniciativa privada, a capacitação dos agentes económicos, a prospeção de novos mercados, a promoção e valorização dos produtos nacionais e a promoção do desenvolvimento sustentável. No que respeita às suas competências, a APCI desenvolve serviços de apoio às

empresas, contribui para a melhoria do ambiente de negócios, participa na promoção internacional de produtos nacionais, incentiva a implementação das políticas governamentais, realiza estudos relevantes e emite licenças. Além disso, supervisiona, gere e coordena recursos, desenvolve orientações estratégicas e coordena as relações externas (APCI, 2024; Carvalho, 2019).

No âmbito da avaliação de projetos de investimento, a APCI utiliza indicadores e métodos que garantem que os projetos apoiados contribuam para a sustentabilidade empresarial e para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerando simultaneamente os aspetos económicos, sociais e ambientais. De forma geral, a APCI desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento económico sustentável em São Tomé e Príncipe, facilitando o comércio, as exportações e os investimentos, enquanto promove práticas sustentáveis e o alcance dos ODS (Carvalho, 2019).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo descreve a abordagem metodológica adotada para a realização da presente dissertação. Apresentam-se a pergunta de investigação que orientou o estudo, bem como os objetivos gerais e específicos que se pretenderam alcançar. Em seguida, são detalhados o tipo de pesquisa, a população e a amostra, os instrumentos de recolha de dados, os procedimentos de aplicação e a estratégia de análise dos dados obtidos. A pesquisa foi desenhada de forma a compreender como a sustentabilidade empresarial é promovida em São Tomé e Príncipe, com especial foco no papel desempenhado pela Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI).

3.1. Pergunta de investigação e Objetivos

A pergunta central de investigação que norteia este estudo é: "Qual é o papel da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI) na promoção da sustentabilidade empresarial em São Tomé e Príncipe?"

A partir desta questão principal, definiram-se os seguintes objetivos:

- Objetivo geral: Analisar o papel da APCI na promoção da sustentabilidade empresarial em São Tomé e Príncipe, no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Objetivos específicos:
 - Identificar os modelos e estratégias de sustentabilidade atualmente utilizados pela APCI.
 - Avaliar a percepção das empresas são-tomenses sobre o papel da APCI na promoção da sustentabilidade e dos ODS.
 - Analisar a percepção das empresas em relação à adoção de práticas sustentáveis e de responsabilidade social.
 - Identificar vantagens, desafios e obstáculos enfrentados pelas empresas na implementação de práticas de sustentabilidade.

3.2. Objeto de estudo e métodos de recolha de dados

O objeto de estudo foram as empresas de São Tomé e Príncipe e a própria APCI. Para alcançar os objetivos delineados, a investigação desenvolveu-se em dois eixos, a saber: Eixo 1 - Estudo das medidas e políticas implementadas pela APCI;

Eixo 2 - Percepção e sensibilidade das empresas para as questões de sustentabilidade.

Em cada um dos eixos foram utilizadas diferentes técnicas de recolha de dados, que se explicitam em seguida.

No Eixo 1: Estudo das medidas e políticas implementadas pela APCI, foram usadas as seguintes técnicas:

- Análise documental: Revisão de documentos oficiais, relatórios, planos estratégicos, e outras publicações da APCI relacionadas às suas políticas e iniciativas de sustentabilidade.
- Observação direta: Visitas à APCI para observar práticas e procedimentos em curso.
- Entrevistas semiestruturadas: Condução de entrevistas com o diretor geral da APCI e os diretores departamentais, visando obter informações detalhadas sobre as estratégias e desafios enfrentados pela agência na promoção da sustentabilidade empresarial.

No Eixo 2: Percepção e sensibilidade das empresas para as questões de sustentabilidade, foi utilizado o inquérito por questionário. Foi aplicado um questionário estruturado, entre março e maio de 2024, a uma amostra representativa de empresas de pequena, média e grande dimensão de diferentes setores de atividade em São Tomé e Príncipe. O questionário, disseminado por via eletrónica (e-mail) e presencial, foi composto por questões de escolha múltipla, conforme apresentado no Anexo 1, utilizando escalas nominais, ordinais e de cotação discreta para medir as percepções e práticas das empresas em relação à sustentabilidade.

3.3. Métodos de tratamento de dados

Os dados recolhidos foram tratados utilizando métodos quantitativos e qualitativos, conforme o eixo da pesquisa.

Para analisar os dados recolhidos no eixo 1, utilizou-se métodos e técnicas de análise qualitativa, nomeadamente os seguintes:

- **Codificação e categorização:** As entrevistas semiestruturadas foram transcritas e submetidas a um processo de codificação, identificando categorias temáticas relevantes.
- **Análise de conteúdo:** foram realizadas análises de conteúdo dos documentos e entrevistas, procurando identificar padrões e informações que possam explicar o papel da APCI na promoção da sustentabilidade.

Em relação ao eixo 2, os dados do questionário foram inseridos numa folha de cálculo Excel e analisados utilizando o software estatístico SPSS. Para analisar estes dados utilizaram-se técnicas de análise quantitativa, tais como as seguintes:

- **Análise descritiva:** foram calculadas medidas de tendência central (média, mediana) e de dispersão para as variáveis estudadas. Tabelas e histogramas foram utilizados para apresentar as informações de forma clara e compreensível.
- **Análise multivariada – Análise de *Clusters* Hierárquica** com o método de agregação Ward usando a distância Qui-Quadrado para analisar o impacto de variáveis setor de atividade, dimensão e idade das empresas na adoção de práticas de sustentabilidade e apoio da APCI, usando as questões 5,6,7 e 8 na análise da sensibilização e implementação de práticas sustentáveis na empresa e as questões 8, 9 e 10 na análise da percepção sobre o papel da APCI para a sustentabilidade.

Os resultados obtidos das análises qualitativa e quantitativa foram triangulados para fornecer uma compreensão abrangente e integrada do papel da APCI na promoção da sustentabilidade empresarial em São Tomé e Príncipe. Esta abordagem mista permitiu uma análise rica e detalhada, combinando a profundidade das entrevistas com a amplitude do inquérito por questionário.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Capítulo 4 apresenta e analisa os principais resultados obtidos a partir da aplicação do questionário às empresas de São Tomé e Príncipe. São abordadas as práticas de sustentabilidade adotadas pelas empresas, a percepção sobre o papel da APCI na promoção da sustentabilidade empresarial e dos ODS, bem como os principais desafios e oportunidades identificados. Além disso, são discutidas as vantagens e desvantagens associadas à implementação de práticas sustentáveis, considerando diferentes setores de atividade e dimensões empresariais. Os dados são apresentados de forma quantitativa e qualitativa, proporcionando uma visão abrangente e fundamentada sobre a realidade empresarial no contexto são-tomense.

4.1. Caracterização das Empresas: Tamanho e Idade por Setor

O inquérito foi enviado a um total de 45 empresas de diferentes setores de atividade em São Tomé e Príncipe, tendo sido obtidas 30 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de aproximadamente 66,7%. As empresas participantes representam os setores de agricultura, indústria, comércio, serviços e uma categoria agregada denominada “Outros setores” (incluindo energia, saúde, educação e logística). Embora não cubra a totalidade das empresas do país, a amostra pode ser considerada representativa em termos setoriais, pois contempla proporcionalmente os principais ramos de atividade económica e diferentes dimensões empresariais existentes no contexto nacional.

Para a classificação das empresas segundo a dimensão, adotou-se o critério amplamente utilizado pela União Europeia e também presente nas orientações do Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, considerando:

- Pequenas empresas: menos de 50 trabalhadores;
- Médias empresas: entre 50 e 249 trabalhadores;
- Grandes empresas: 250 ou mais trabalhadores.

Assim, das 30 empresas inquiridas, conclui-se que 43,3% são pequenas empresas, 30,0% médias empresas e 26,7% grandes empresas (Figura 3).

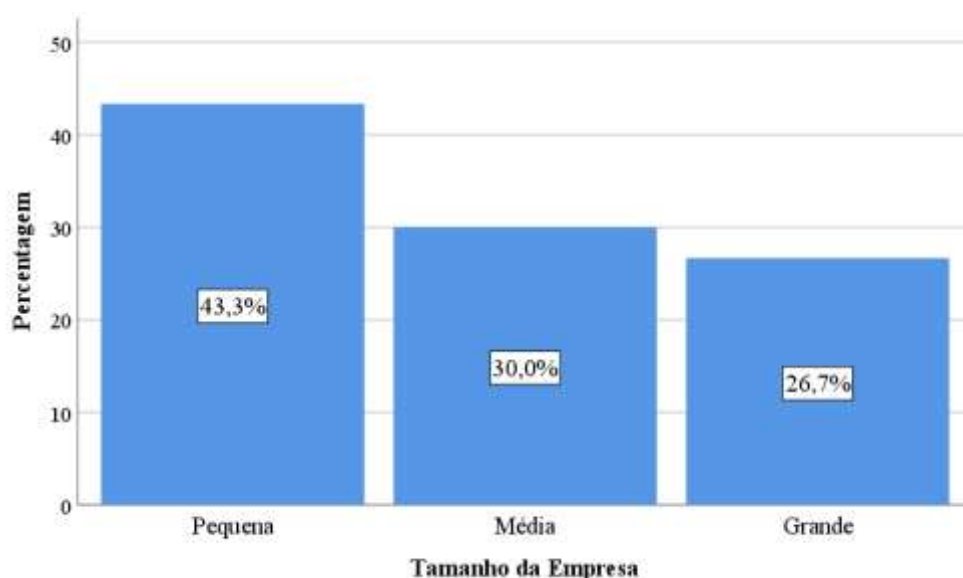


Figura 3: Distribuição das empresas em função do seu tamanho.

A análise revelou que a maioria (83,3%) das empresas do setor agrícola são de pequena dimensão (menos de 50 trabalhadores), evidenciando um perfil empresarial caracterizado por unidades produtivas de menor escala (ver Figura 4) e, possivelmente, recursos limitados. Em contraste, no setor industrial, 33,3% das empresas inquiridas enquadram-se na categoria de pequenas empresas, sugerindo maior presença de organizações de média (50,0%) ou grande escala (16,7%). Essa configuração pode estar relacionada com a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura, tecnologia e capital humano, típicos do setor industrial, o que limita a entrada de pequenas empresas e favorece economias de escala (Rodrigues & Almeida, 2019).

Este padrão é coerente com a estrutura tradicional do setor agrícola em muitos países em desenvolvimento, onde predominam pequenas explorações familiares com recursos limitados e baixo nível de mecanização (FAO, 2022; Silva et al., 2020).

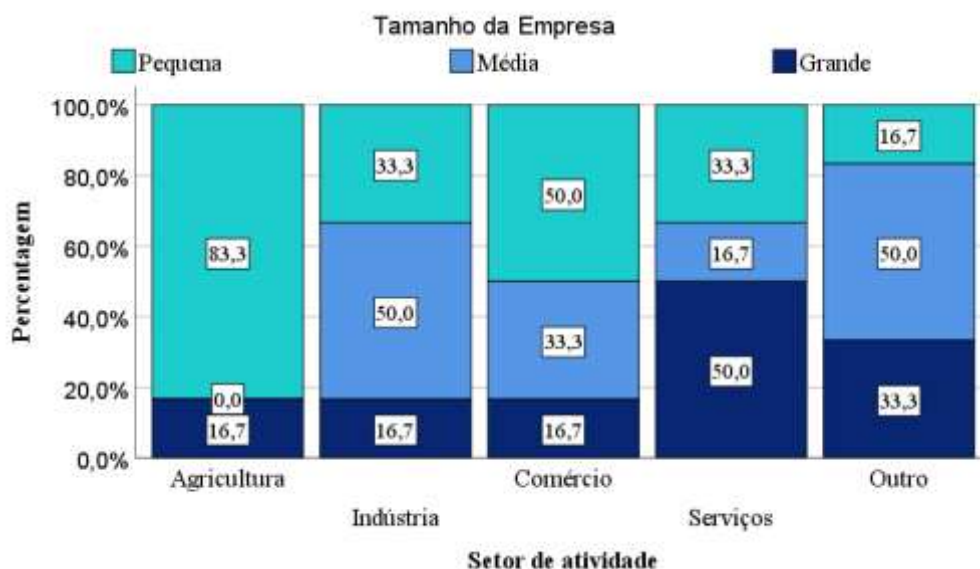


Figura 4: Distribuição do tempo de atividade das empresas por setor de atividade em São Tomé e Príncipe.

No setor de serviços, observa-se uma realidade contrastante (ver Figura 4: Distribuição do tempo de atividade das empresas por setor de atividade em São Tomé e Príncipe). Um total de 50% das empresas são classificadas como grandes, o que reflete uma concentração significativa de capital, recursos e estrutura organizacional. Este resultado pode ser explicado pela crescente profissionalização e diversificação do setor de serviços, bem como pela presença de empresas que atuam em áreas como tecnologia, saúde e consultoria, que exigem estruturas empresariais mais robustas (Carvalho, 2019).

Por fim, nos setores da agricultura, indústria e comércio, a proporção de empresas classificadas como grandes é relativamente baixa, situando-se nos 16,7%. Esse dado reforça a predominância de pequenas e médias empresas nessas áreas e evidencia a heterogeneidade estrutural entre os diferentes setores da economia. A configuração encontrada é consistente com estudos anteriores que demonstram uma elevada informalidade e fragmentação nos setores agrícola e comercial, especialmente em economias em desenvolvimento (Menezes et al., 2020; OECD, 2021).

De forma geral, os resultados demonstram que o tamanho das empresas varia significativamente conforme o setor de atuação, refletindo as especificidades económicas, tecnológicas e organizacionais de cada área. A compreensão dessas diferenças é fundamental para o desenho de políticas públicas eficazes de apoio ao setor empresarial, especialmente no que diz respeito ao acesso a financiamento, inovação e capacitação.

A distribuição do tempo de atividade das empresas revela que a maioria das empresas está na sua atividade há 6 ou mais anos (53,4%) havendo somente 20% de empresas que iniciaram a sua atividade há menos de um ano (Figura 5).

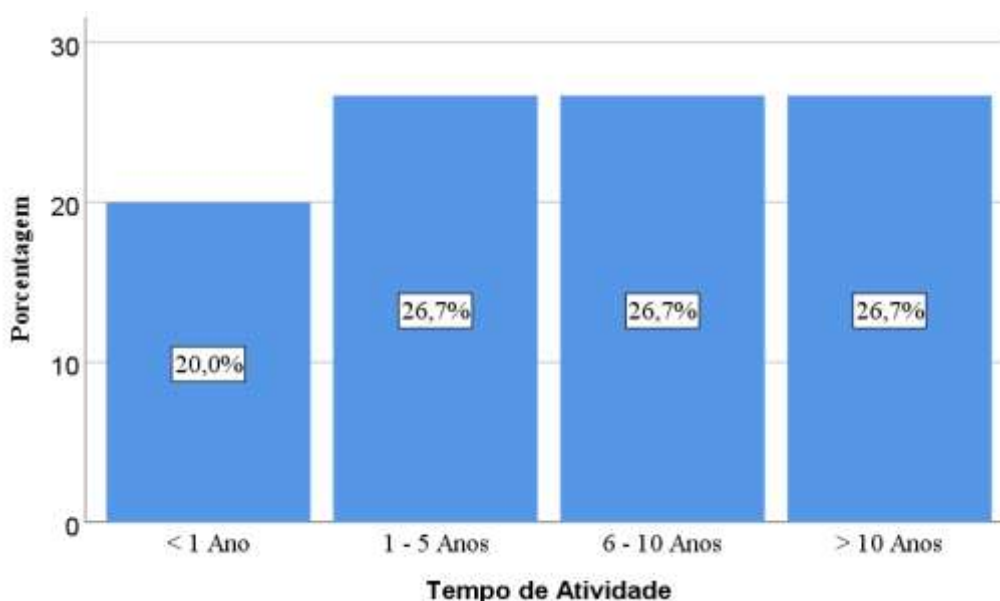


Figura 5: Distribuição das empresas em função do tempo de atividade.

A distribuição do tempo de existência das empresas evidencia padrões distintos entre os setores da economia nacional, oferecendo indícios importantes sobre a dinâmica empresarial em São Tomé e Príncipe. Conforme representado na Figura 6, os setores do comércio e dos serviços concentram a maior proporção de empresas criadas recentemente, com 66,7% e 33,3% das empresas fundadas nos últimos cinco anos, respetivamente (Figura 6).

Essa tendência pode indicar uma relativa facilidade de entrada nestes setores, caracterizados por barreiras de entrada menos elevadas, menor exigência de capital inicial e maior informalidade, tal como reportado em estudos sobre economias emergentes (Lima & Carvalho, 2020; Silva et al., 2021).

Por contraste, o setor agrícola apresenta a maior concentração de empresas com mais de dez anos de atividade, com 50% das empresas desse setor inseridas nesta categoria de longevidade (Figura 6). Essa predominância pode ser atribuída à natureza mais tradicional da agricultura no país, muitas vezes ligada a negócios familiares transmitidos entre gerações, com menor rotatividade e inserção de novos empreendedores. Resultados semelhantes foram observados por Costa et al., (2019), ao estudarem a estrutura etária de empresas agrícolas em contextos africanos.

O grupo das empresas afins que engloba áreas complementares como logística, energia, educação, entre outras, apresenta também uma representatividade relativamente elevada de empresas com mais de uma década de existência (33,3%). Isso sugere uma consolidação progressiva dessas atividades no tecido empresarial nacional, apesar de representarem nichos específicos de mercado.

Em contraposição, nos setores da indústria, comércio e serviços, somente 16,7% das empresas possuem mais de dez anos de atividade (Figura 6) Este dado pode refletir a alta rotatividade, a vulnerabilidade à concorrência e à instabilidade econômica enfrentadas por negócios emergentes nesses segmentos, resultando em ciclos de vida empresarial mais curtos. Estes resultados são coerentes com o estudo de Almeida e Barbosa (2020), que apontam para a fragilidade institucional e o acesso limitado a financiamento como barreiras à sustentabilidade de longo prazo das empresas nesses setores.

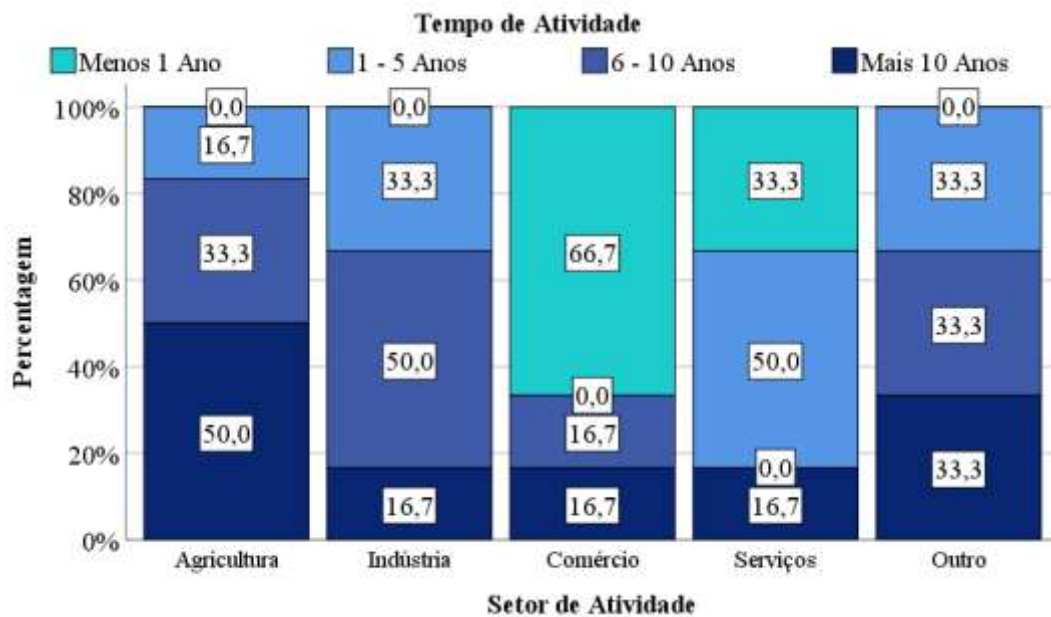


Figura 6: Distribuição do tempo de atividade das empresas da amostra por setor de atividade em São Tomé e Príncipe.

De um modo geral, os dados sugerem que a estrutura etária das empresas varia substancialmente entre os setores, sendo a agricultura o setor com maior tradição e estabilidade, enquanto o comércio e os serviços se mostram mais dinâmicos e recentes em sua composição empresarial, sendo esta informação crucial para o delineamento de políticas públicas que considerem a maturidade das empresas como um fator determinante nas estratégias de apoio, financiamento e capacitação empresarial.

4.2. Sensibilização e Implementação de Práticas de Sustentabilidade

A análise do grau de sensibilização das empresas para a adoção de práticas de sustentabilidade (económica, social e ambiental) (Figura 7) mostra que 46,7% das empresas inquiridas estão sensibilizadas para aquelas práticas; que 30% ainda não estão sensibilizadas e 23,3% estão em processo de sensibilização.

Este indicador é fundamental, uma vez que a consciencialização empresarial é frequentemente o primeiro passo para a implementação de estratégias sustentáveis que promovam eficiência, responsabilidade ambiental e competitividade de longo prazo (Porter & Kramer, 2011; Sachs, 2015).

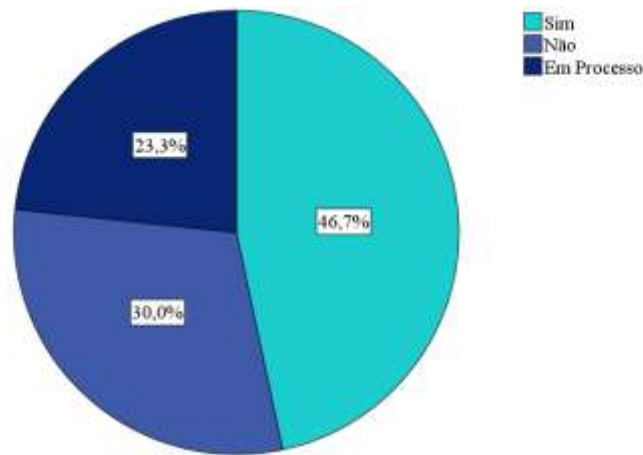


Figura 7: Sensibilização das empresas para a adoção de práticas de sustentabilidade.

A análise da sensibilização das empresas para a adoção de práticas de sustentabilidade revela variações significativas entre os diferentes setores de atividade económica em São Tomé e Príncipe (ver Figura 8).

Como se pode observar na figura 8, o setor de serviços destacou-se como o mais sensibilizado, com 83,3% das empresas indicando já terem sido expostas a iniciativas ou informações sobre sustentabilidade. Este elevado nível de sensibilização pode refletir uma maior exposição a exigências regulatórias e de mercado, bem como ao contacto direto com consumidores mais conscientes, o que pressiona as empresas a integrarem práticas mais sustentáveis nas suas operações (Lopes & Ferreira, 2020). Além disso, empresas do setor de serviços geralmente possuem estruturas mais flexíveis, facilitando a adaptação a novas exigências ambientais e sociais.

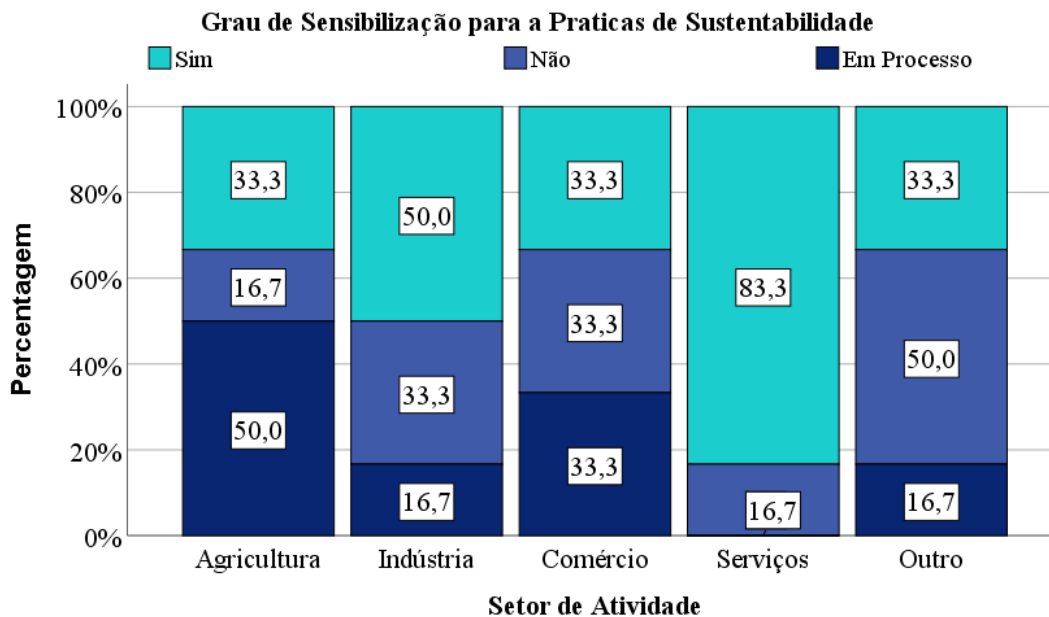


Figura 8: Sensibilização das empresas para a adoção de práticas de sustentabilidade em função do setor.

Por outro lado, os setores agrícola e comercial apresentaram proporções elevadas de empresas ainda “em processo” de sensibilização, com cerca de 50% das empresas agrícolas e 33,3% das comerciais nesse estágio intermédio. Estes resultados indicam uma transição em curso nesses setores, que começam a incorporar preocupações ambientais e sociais, mas que ainda carecem de maior apoio técnico e institucional para uma integração mais efetiva da sustentabilidade nas suas práticas diárias. Segundo Dias et al., (2022), essa transição é típica de setores onde predominam micro e pequenas empresas com recursos limitados e pouca qualificação técnica em temas de desenvolvimento sustentável.

Em contraste, o setor industrial e “Outros” (educação, saúde, turismo, entre outros) apresentaram as maiores proporções de empresas que afirmaram “não” ter sido sensibilizadas para práticas sustentáveis, com cerca de 33% e 50%, respetivamente.

Esse dado levanta preocupações quanto à falta de acesso à informação, capacitação e programas de apoio, especialmente em atividades menos visadas por políticas públicas de sustentabilidade. Estudos como o de Almeida e Sousa (2018) sublinham que a ausência de sensibilização nesses contextos frequentemente decorre de défices de comunicação entre instituições de fomento, associações empresariais e os agentes económicos locais.

Estes dados reforçam a necessidade de ações diferenciadas por setor, promovendo não apenas campanhas de informação, mas também incentivos concretos, formações técnicas e acompanhamento institucional, especialmente nos setores com menor grau de sensibilização. De acordo com Dias et al., (2022) a promoção da sustentabilidade empresarial deve considerar

o ponto de partida de cada setor, suas características operacionais e os obstáculos específicos que enfrentam na adoção de práticas sustentáveis.

A análise do grau de sensibilização das empresas para as questões de sustentabilidade e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Figura 9) revela que a maioria dos inquiridos diz ter um nível de sensibilidade reduzido (grau 2) ou médio (grau 3), com 23,3% e 30,0% das frequências, respetivamente. Ao inverso, 26,7% estão sensíveis (grau 4) e 20% muito sensíveis sobre as questões de sustentabilidade na sua empresa.

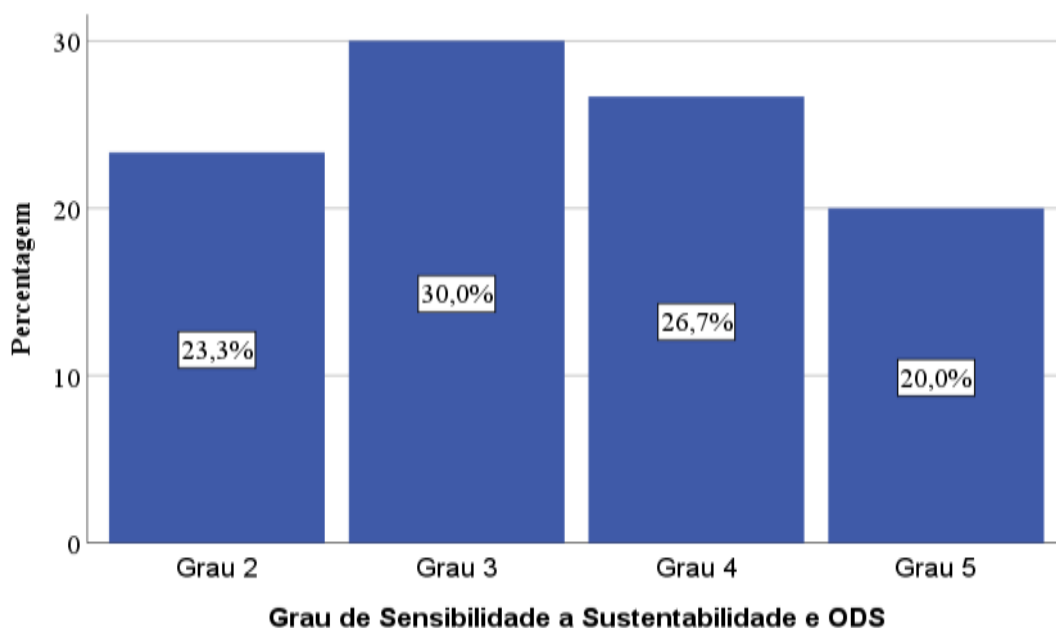


Figura 9: Nível de sensibilidade das empresas para a sustentabilidade e ODS.

4.3. Adoção de Práticas de Responsabilidade Social e Ambiental por Setor de Atividade

A análise da adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental (RSA) revela 46,7% das empresas são adotantes, 23,3% são não adotantes e 30% estão em processo de adoção das práticas de RSA. diferenças substanciais entre os setores de atividade económica em São Tomé e Príncipe (ver Figura 10).

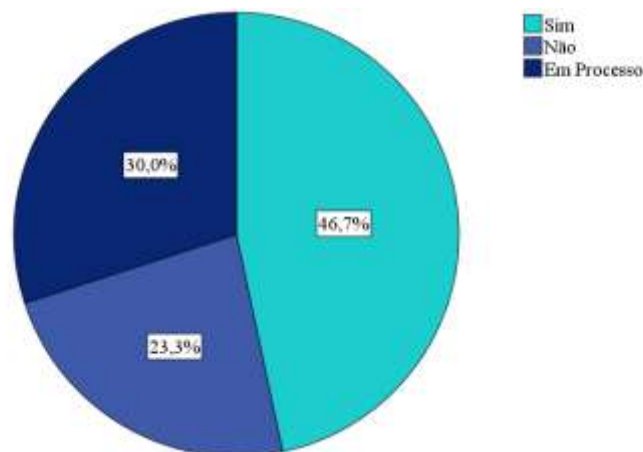


Figura 10: Adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental.

Para avaliar a significância da adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental (RSA) recorreu-se ao teste Binomial (ver Tabela 1). Observa-se que percentagem de empresas adotantes ou em processo de implementação de práticas de RSA são 77%, enquanto que as não adotantes são 23%. Aplicando o teste binomial ($p < 0,05$) conclui-se que a percentagem de empresas adotantes é significativamente diferentes das empresas não adotantes.

Tabela 1: Teste Binomial sobre a adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental.

Adoção	Frequências Absolutas	Frequências Relativas	<i>p-value</i>
Sim *	23	0,77	0,005
Não	7	0,23	

Nota: *inclui as empresas em processo de implementação.

A análise da adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental (RSA) revela diferenças substanciais entre os setores de atividade económica em São Tomé e Príncipe (ver Figura 11).

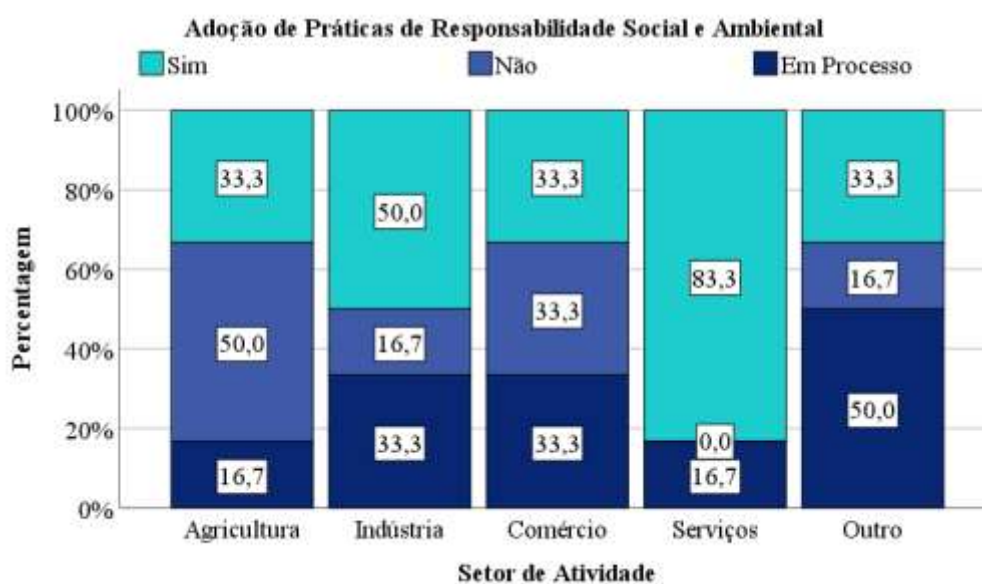


Figura 11: Adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental em função do setor.

Estes resultados são indicativos do grau de consciencialização empresarial face às exigências contemporâneas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade corporativa.

O setor de serviços destacou-se como o mais avançado na implementação de práticas de RSA, com 83,3% das empresas a afirmar que já adotam tais práticas. Este elevado nível de adesão pode estar associado à crescente pressão social e institucional exercida sobre empresas de serviços, especialmente nos segmentos urbanos e turísticos, para demonstrarem compromisso com a sustentabilidade, a ética empresarial e a relação com as comunidades locais. De acordo com estudos de Lopes et al., (2021), empresas do setor de serviços tendem a incorporar práticas ambientais e sociais como parte da sua estratégia de diferenciação e fidelização de clientes, particularmente em mercados onde os consumidores estão cada vez mais atentos às externalidades das suas escolhas.

Nos setores agrícola e comercial, observou-se uma percentagem significativa de empresas ainda “em processo de implementação” dessas práticas, situando-se em torno de 50% e 33,3%, respetivamente. Este padrão sugere um interesse crescente, embora ainda em fase de consolidação, que poderá refletir limitações institucionais, escassez de informação ou insuficiente capacitação técnica para a efetiva adoção de medidas sustentáveis. Estes setores, muitas vezes compostos por micro e pequenas empresas, enfrentam barreiras estruturais, como o acesso restrito a tecnologias ambientalmente adequadas ou a ausência de regulamentações específicas de incentivo (UNDP, 2020).

Em contraste, os setores industriais e “Outros” apresentaram as maiores proporções de empresas que não adotam práticas de RSA, com cerca de 33% e 50%, respetivamente. A elevada taxa de não adesão nestes setores pode indicar uma lacuna de sensibilização ou desinteresse pela temática, o que, a médio e longo prazo, pode representar um risco reputacional e um entrave à integração em cadeias de valor sustentáveis. Além disso, essa realidade pode refletir uma ausência de incentivos governamentais claros ou mecanismos de fiscalização ambiental eficazes, como apontado por Ferreira e Lima (2018) ao analisarem contextos semelhantes em países lusófonos africanos. Estes resultados evidenciam a necessidade de políticas públicas direcionadas e de programas de capacitação específicos, com enfoque setorial, para promover a adoção de práticas sustentáveis em todos os segmentos económicos. A RSA deve ser compreendida não apenas como um imperativo ético, mas como um elemento estratégico para a resiliência empresarial e a competitividade no mercado global (Carroll & Shabana, 2010).

A análise da realização do reporte voluntário das suas práticas de sustentabilidade revela que 46,7% das empresas realizam o reporte, 23,3% não o realizam, 16,7% estão a planear realizá-lo, e 13,3% não responderam. (ver Figura 12).

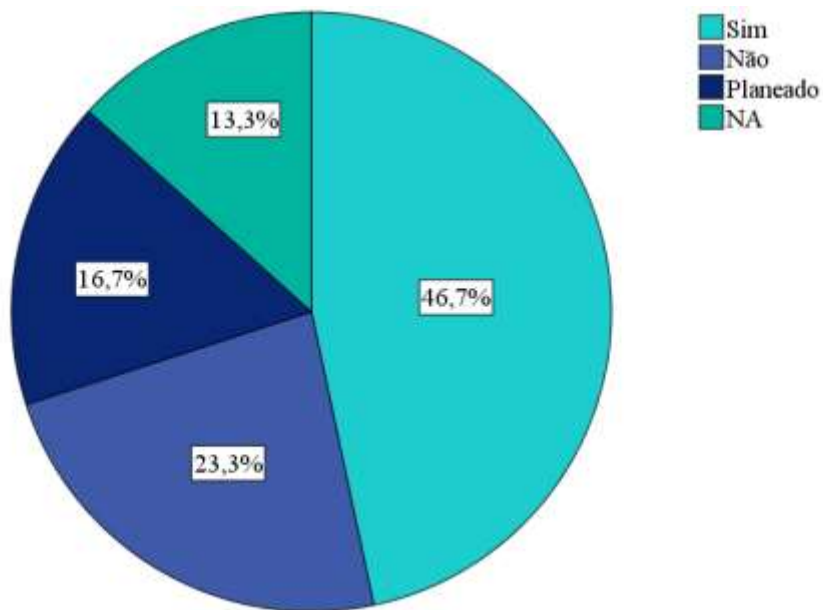


Figura 12: Realização do reporte voluntário das práticas RSA.

Com o intuito de perceber as características das empresas quanto ao grau de sensibilização para a RSA, procedeu-se ao agrupamento das empresas com uma Análise de *Clusters* Hierárquica com o método de agregação Ward usando a distância Qui-Quadrado, tendo-se obtido três *clusters* finais, como evidenciado na

Tabela 2. O *cluster 1* é constituído por 14 empresas (46,7%) onde todas estão sensibilizadas para a adoção de práticas RSA, classificando-se 92,9% com um grau 4 ou 5 de sensibilidade para as questões de sustentabilidade, onde todas adotam práticas de RSA e onde todas realizam o reporte voluntário das práticas de RSA; denominando-se este *cluster* “Empresas Adotantes de Práticas de RSA”. O *Cluster 2* é constituído por 9 empresas (30,0%), onde todas dizem não estar sensibilizadas para a adoção de práticas de RSA, apesar de classificarem o seu grau de sensibilização com médio (Grau 3) para a sustentabilidade e ODS, referem todas que estão em processo de adoção das práticas de RSA e que planeiam no futuro efetuar o reporte voluntário das práticas, denominando-se a este *cluster* “Empresas Não Adotantes de Práticas de RSA”. O *cluster 3* é constituído por 7 empresas (23,3%) que referiram estar em processo de sensibilização para as práticas de RSA, tendo um grau sensibilização para tais práticas reduzido (Grau 2), não adotando ainda as práticas de RSA e por isso não realizam o reporte voluntário das mesmas; denominando-se a este *cluster* “Empresas Em Processo de Adoção das Práticas de RSA”.

Tabela 2: Análise de *Clusters* da Sensibilização e Implementação de Práticas Sustentáveis.

Clusters de Sensibilização e Adoção de RSA / Variáveis Dependente	Cluster 1 – “Adotantes” (n=14)	Cluster 2 “Não Adotantes” (n=9)	Cluster 3 “Em Processo” (n=7)
Q5 – Sensibilização RSA	Sim (100%)	Não (100%)	Em Processo (100%)
Q6 – Grau de Sensibilidade	Grau 4 e 5 (92,9%)	Grau 3 (88,9%)	Grau 2 (100%)
Q7 – Adoção de RSA	Sim (100%)	Em Processo (100%)	Não (100%)
Q8 – Realização de reporte	Sim (100%)	Planeado (55,5%)	Não (100%)

Comprando-se os *clusters* obtidos em função das variáveis caracterizadoras das empresas, observa-se que apesar do setor da indústria e dos serviços possuir 50% de empresas adotantes, o setor agrícola 50% de empresas em processo de adoção e os outros setores 50% de empresas não adotantes, conclui-se que o setor de atividade não explica significativamente a adoção de práticas de RSA. Ao contrário, concluímos que o tamanho das empresas influencia significativamente a adoção de práticas sustentáveis, estando as empresas adotantes de práticas de RSA associadas a tamanho médio e as empresas em processo de adoção às pequenas empresas. Por fim, comprovamos que o tempo de atividade não determina significativamente a adoção de práticas de RSA.

Tabela 3: Análise de Clusters da Sensibilização e Implementação de Práticas Sustentáveis.

Clusters RSA / Variáveis	Cluster 1 “Adotantes” (n=14)	Cluster 2 “Não Adotantes” (n=9)	Cluster 3 “Em Processo” (n=7)	Teste de Hipóteses
Setor	Indústria (50%) Serviços (50%)	Outros (50%)	Agricultura (50,0%)	$\chi^2=7,698$ $p=0,463$ ns
Tamanho	Média # (77,8%) Grande (62,5%)	Pequenas (38,5%) Grandes (37,5%)	Pequenas # (46,2%)	$\chi^2=11,897$ $p=0,018$ *
Tempo de Atividade	6-10 Anos (75,5%)	>10 Anos (62,5%)	<1Ano (33,3%) 1-5 Anos (37,5%)	$\chi^2=8,651$ $p=0,194$ ns

Nota: *p <0,05; ns - não significativo.

4.4. Apoio Recebido pelas Empresas: Capacitação, Assistência Técnica e Financiamento por Setor

A análise da distribuição dos apoios institucionais à sustentabilidade recebidos pelas empresas, segundo o setor de atividade, evidencia desigualdades marcantes no acesso e no tipo de suporte obtido (Figura 13). Estes apoios, que englobam capacitação, assistência técnica e financiamento, são fundamentais para promover a competitividade e a resiliência das empresas, especialmente

em economias emergentes com elevado grau de informalidade e limitação de recursos (OECD, 2020; UNCTAD, 2022).

O setor de serviços destacou-se como o mais beneficiado com programas de capacitação, com aproximadamente 80% das empresas relatando terem recebido esse tipo de apoio. Este resultado pode refletir a maior articulação desse setor com programas de formação profissional, incubadoras de negócios ou iniciativas promovidas por entidades públicas e privadas voltadas para o empreendedorismo urbano. Segundo Rodrigues et al., (2019), os serviços têm sido um dos focos preferenciais de projetos de desenvolvimento empresarial em contextos africanos, devido à sua rápida capacidade de resposta às dinâmicas de mercado e à sua importância na geração de emprego.

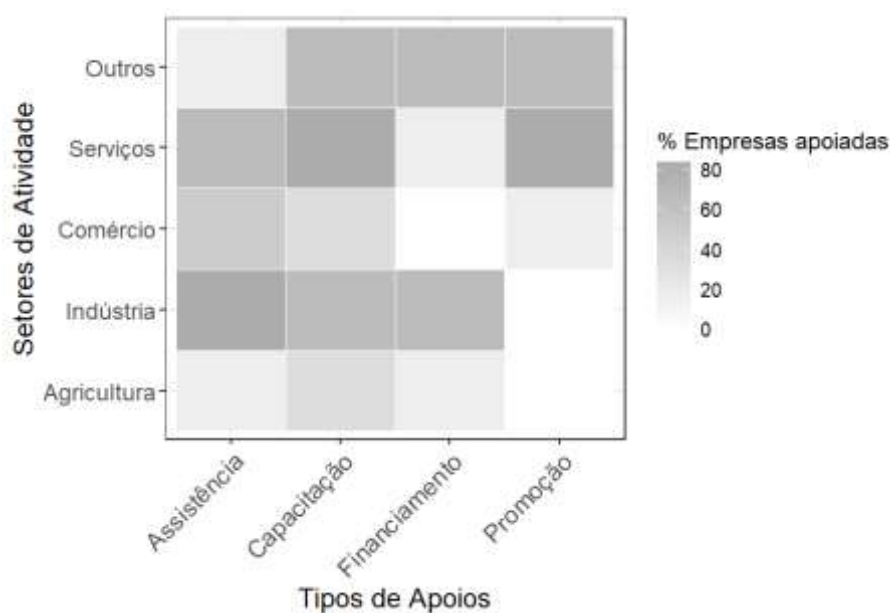


Figura 13: Distribuição percentual de empresas da amostra que receberam apoio à sustentabilidade, por tipo de apoio e setor de atividade.

De forma complementar, o setor industrial também apresentou níveis relevantes de apoio, abrangendo não apenas capacitação, mas também assistência técnica e financiamento. Esse padrão sugere uma maior estruturação formal das empresas industriais e possível facilidade de acesso a linhas de apoio destinadas à modernização produtiva. No entanto, é importante salientar que, mesmo nesses casos, a taxa de apoio financeiro raramente superou os 20%, o que evidencia a persistente escassez de crédito acessível para o setor privado em São Tomé e Príncipe, situação comum em vários países africanos (AfDB, 2021).

Em contraste, o setor agrícola demonstrou os níveis mais baixos de apoio em todas as categorias analisadas. Menos de 20% das empresas agrícolas relataram ter recebido qualquer tipo de suporte, o que pode refletir desafios estruturais, como o distanciamento geográfico das zonas de produção, a informalidade predominante, a baixa organização associativa e o frágil alinhamento

com as políticas públicas. Essa realidade é preocupante, considerando que a agricultura representa uma importante fonte de subsistência e emprego, mas permanece marginalizada nos fluxos de apoio técnico e financeiro, como também constatado por Silva e Monteiro (2021) em estudos conduzidos na África Ocidental.

De forma transversal, o apoio financeiro foi o menos prevalente entre todos os setores analisados, com a maioria das células indicativas desta categoria a reportar percentagens inferiores a 20%. Este dado sugere restrições severas de acesso ao crédito, possivelmente relacionadas à ausência de garantias, insuficiente literacia financeira e debilidade das instituições de microfinanças. Fortalecer os mecanismos de financiamento direcionados e adaptados à realidade das micro e pequenas empresas constitui, portanto, uma prioridade estratégica para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da economia nacional.

4.5. Dificuldades na Implementação de Práticas Sustentáveis: Análise Setorial

A análise das dificuldades enfrentadas pelas empresas na adoção de práticas sustentáveis revelou padrões distintos entre os diversos setores de atividade económica em São Tomé e Príncipe, conforme ilustrado na

Figura 14. Os obstáculos foram agrupados em cinco categorias principais: recursos, conhecimento, falta de apoio, resistência e complexidade.

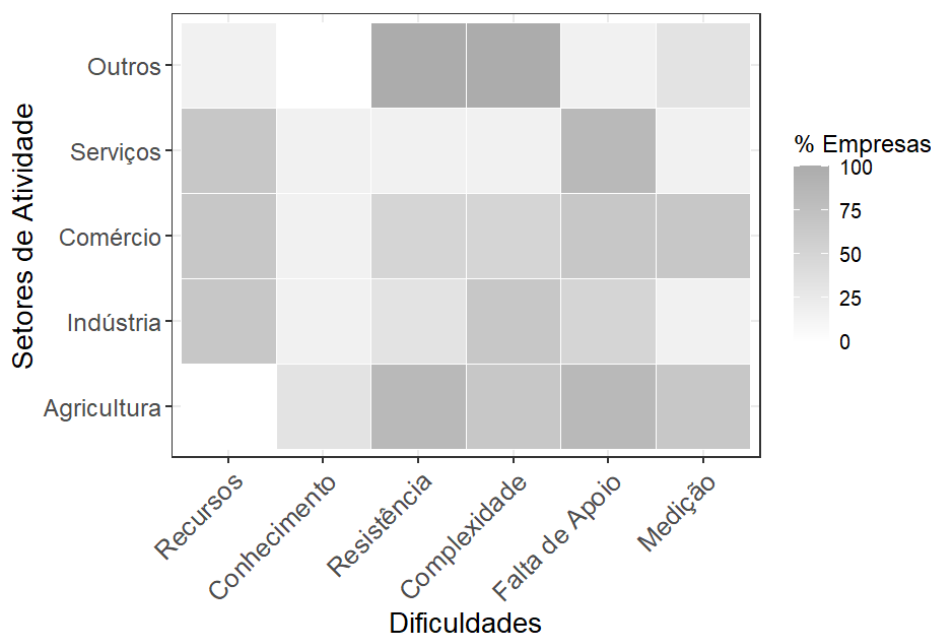


Figura 14: Distribuição percentual de empresas da amostra que reportaram dificuldades, por tipo de dificuldade reportada e setor de atividade.

A categoria “Outros setores”, que agrega atividades não classificadas nos principais setores económicos, destacou-se pela prevalência elevada de dificuldades relacionadas com resistência

e complexidade. Esta combinação sugere que as empresas inseridas em atividades emergentes ou não formalizadas enfrentam barreiras estruturais e culturais que dificultam a adoção de práticas sustentáveis, sendo frequentemente caracterizadas por ambientes institucionais frágeis e limitada orientação estratégica (Bocken et al., 2014).

O setor agrícola apresentou elevadas incidências de dificuldades em conhecimento, falta de apoio, recursos e medição, refletindo desafios tanto técnicos como institucionais. A carência de informação especializada e a escassez de assistência técnica dificultam a identificação, implementação e monitorização de práticas ambientalmente adequadas. Estes dados estão em linha com estudos realizados em contextos africanos semelhantes, que apontam para a vulnerabilidade das pequenas explorações agrícolas face à inovação sustentável (FAO, 2022; Matos & Amaral, 2019).

No setor industrial, as principais barreiras relacionaram-se com falta de recursos, como financiamento, equipamentos ou tecnologias adequadas. O conhecimento técnico também se revelou um desafio, ainda que em menor proporção. Isto corrobora o que foi observado por Abreu et al., (2017), segundo os quais muitas indústrias de pequeno e médio porte nos PALOP enfrentam dificuldades na modernização dos seus processos produtivos devido à baixa qualificação e à limitada capacidade de investimento.

Para o setor de serviços, a falta de apoio institucional emergiu como a principal dificuldade, seguida pela escassez de recursos. A dependência deste setor de parcerias com o setor público e agências de desenvolvimento torna-o sensível à ausência de incentivos, regulamentação clara ou programas de apoio técnico-financeiro. Este padrão foi igualmente evidenciado por Oliveira e Silva (2020) ao analisarem pequenas empresas de serviços em contextos insulares.

De forma agregada, os desafios relacionados com recursos e conhecimento foram reportados de forma transversal por todos os setores, ainda que com intensidades distintas. Esta constatação reforça a ideia de que a sustentabilidade empresarial em economias em desenvolvimento requer não apenas sensibilização, mas também a criação de condições estruturais mínimas que favoreçam a inovação e a mudança organizacional. Assim, torna-se evidente a necessidade urgente de programas integrados de capacitação, financiamento e assistência técnica, ajustados às especificidades de cada setor. Políticas públicas direcionadas, bem como parcerias entre instituições de ensino, setor privado e organizações da sociedade civil, podem contribuir para superar essas dificuldades e impulsionar a transição rumo a modelos de negócios mais sustentáveis.

4.6. Perceção das Empresas quanto ao Papel da APCI na Promoção da Sustentabilidade em São Tomé e Príncipe

Os resultados obtidos revelam uma percepção predominantemente desfavorável por parte das empresas são-tomenses relativamente ao papel desempenhado pela APCI, no âmbito da sustentabilidade empresarial e do desenvolvimento sustentável no país. Esta percepção abrange três dimensões fundamentais: a promoção de práticas sustentáveis nas empresas, o incentivo ao investimento sustentável e o contributo para o cumprimento dos ODS.

No que se refere à promoção de práticas de sustentabilidade empresarial, aproximadamente 55% das empresas manifestaram percepções negativas ou muito negativas ($\approx 30\%$ "Negativa" e $\approx 25\%$ "Muito Negativa"). A percepção "Neutra" foi indicada por cerca de 27% das empresas, enquanto apenas cerca de 20% expressaram uma percepção positiva, o que evidencia uma clara insatisfação generalizada quanto à atuação da APCI neste domínio (ver Figura 15a). Esses resultados sugerem que, para uma parcela significativa do setor empresarial, os esforços da APCI têm sido pouco visíveis ou pouco eficazes.

Relativamente ao incentivo ao investimento sustentável, os dados reforçam a tendência anterior: cerca de 53% das empresas reportaram percepções negativas, sendo 30% "Negativa" e 23% "Muito Negativa". A percepção "Neutra" situou-se em torno de 23%, enquanto a percepção "Positiva" foi assinalada por cerca de 24% dos inquiridos (ver Figura 15b). Esta distribuição evidencia um défice percebido na capacidade da APCI em atrair ou apoiar investimentos com critérios de sustentabilidade, o que pode refletir falhas na comunicação institucional, escassez de instrumentos de financiamento verde ou falta de incentivos regulatórios.

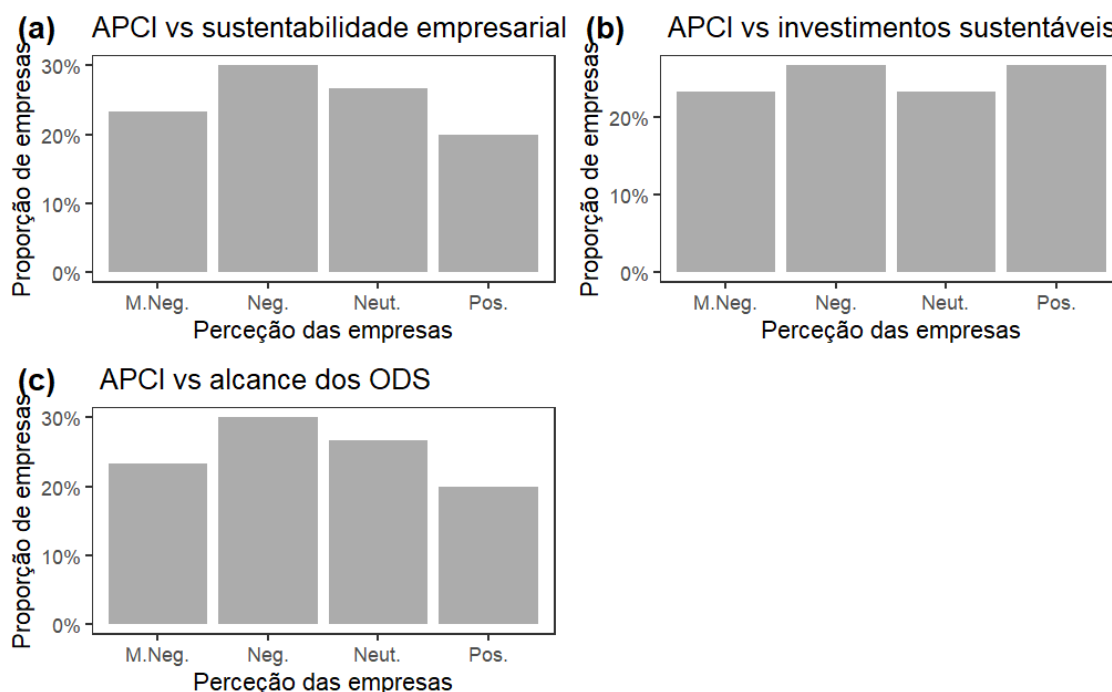


Figura 15: Percepção das empresas são-tomenses da amostra quanto ao papel da APCI na promoção da sustentabilidade. (a) Promoção da sustentabilidade empresarial; (b) Promoção de investimentos sustentáveis; (c) Contributo para o alcance dos ODS. Os valores representam a proporção de empresas que atribuíram cada tipo de percepção (de "Muito Negativa" a "Muito Positiva").

No que concerne ao desempenho da APCI, Figura 15, no apoio ao cumprimento dos ODS, a percepção negativa manteve-se elevada e consistente: cerca de 54% das empresas da amostra avaliaram negativamente ou muito negativamente o papel da APCI nesse âmbito ($\approx 30\%$ “Negativa” e $\approx 24\%$ “Muito Negativa”), ao passo que a percepção “Neutra” e “Positiva” se situaram em 27% e 20%, respetivamente (ver Figura 15c). Acredita-se que esta visão crítica possa estar associada à ausência de articulação clara entre os programas promovidos pela agência e os indicadores dos ODS, ou à fraca integração dos princípios da sustentabilidade nos instrumentos de apoio ao setor privado.

Procedeu-se ao agrupamento das empresas através de uma Análise de *Clusters* Hierárquica com o método de agregação Ward usando a distância Qui-Quadrado, tendo-se obtida três clusters finais, apresentado na Tabela 4. O *cluster 1* é constituído por 7 empresas (23,3%) que unanimemente classificaram o papel da APCI como negativa na promoção de práticas de sustentabilidade empresarial, na promoção de investimentos sustentáveis e na promoção do desenvolvimento sustentável e alcance da ODS, que denominaremos de “Empresas com Percepção Negativa sobre a APCI”. O *cluster 2* é constituído por 9 empresas (30,0%), onde a totalidade destas empresas percebe o papel da APCI como neutro na promoção de práticas de sustentabilidade empresarial e na promoção do desenvolvimento sustentável e alcance da ODS, e 77,8% classifica como neutro o papel da APCI na promoção de investimentos sustentáveis, denominando-se a este grupo de “Empresas com Percepção Neutra sobre a APCI”. Por fim, o *cluster 3* é constituído por 14 empresas (46,7%) que classificaram maioritariamente a percepção o papel da APCI como positiva na promoção de práticas de sustentabilidade empresarial e na promoção do desenvolvimento sustentável e alcance da ODS, e como muito positiva na promoção de investimentos sustentáveis, denominando-se a este grupo “Empresas com Percepção Positiva ou Muito Positiva sobre APCI”.

Tabela 4: Análise de Clusters da Percepção sobre o Papel da APCI para a Sustentabilidade.

Clusters de Percepção da APCI / Variáveis Dependente	Cluster 1 “Percepção Negativa” (n=7)	Cluster 2 “Percepção Neutra” (n=9)	Cluster 3 “Percepção Positiva / Muito Positiva” (n=14)
Q8 – Promoção Práticas de Sustentabilidade	Negativa (100%)	Neutra (100%)	Positiva (57,1%) Muito Positiva (42,9%)
Q9 – Promoção de Investimentos Sustentáveis	Negativa (100%)	Neutra (77,8%)	Positiva (35,7%) Muito Positiva (57,1%)
Q10 – Promoção de Desenvolvimento Sustentável	Negativa (100%)	Neutra (100%)	Positiva (57,1%) Muito Positiva (42,9%)

Comparando-se os *clusters* obtidos em função das variáveis caracterizadoras das empresas, na observa-se que apesar do setor da agricultura ter 50% das empresas com percepção negativa sobre a APCI, os outros setores terem 50% das empresas com percepção neutra e 66,7% e 83,3% dos setores da indústria e serviços, respetivamente, terem percepção positiva ou muito positiva

sobre a APCI; conclui-se que o setor de atividade não explica significativamente a percepção do papel da APCI na promoção de práticas sustentáveis. Num mesmo sentido, comprovamos que o tempo de atividade não é um preditor significativo sobre a percepção do papel da APCI na promoção de práticas sustentáveis, apesar de 50% das empresas com mais de 10 anos terem uma percepção neutra sobre a APCI; e 50% e 62,5% das empresas com 1 a 5 anos, e com 6 a 10 anos de atividade terem uma percepção positiva ou muito positiva sobre a APCI. Ao contrário, concluímos que o tamanho das empresas influencia significativamente a percepção sobre o papel da APCI na promoção de práticas sustentáveis, estando 50% das pequenas empresas associadas à percepção negativa e neutra sobre a APCI; e 77,8% das médias empresas e 75,0% das grandes empresas associadas a uma atitude positiva ou muito positiva sobre APCI.

Tabela 5: Comparação do Papel da APCI em função das variáveis caracterizadoras das empresas.

Clusters Percepção / Variáveis	Cluster 1 “Percepção Negativa” (n=7)	Cluster 2 “Percepção Neutra” (n=9)	Cluster 3 “Percepção Positiva / Muito Positiva” (n=14)	Teste de Hipóteses
Setor	Agricultura (50%)	Outros (50%)	Indústria (66,7%) Serviços (83,3%)	$\chi^2=9,127$ $p=0,332$ ns
Tamanho	Pequenas (46,2%)	Pequenas (46,2%)	Média (77,8%) Grande (75,0%)	$\chi^2=15,086$ $p=0,005$ *
Tempo de Atividade		>10 Anos (50,0%)	1-5 Anos (50,0%) 6-10 Anos (62,5%)	$\chi^2=4,544$ $p=0,604$ ns

Nota: *p <0,01; ns - não significativo.

Questionadas se receberam algum tipo de apoio da APCI, 56,7% das empresas responderam que sim e 43,3% que não (Figura 16).

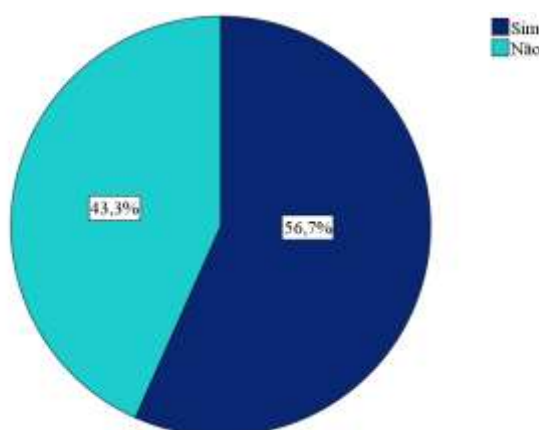


Figura 16: Apoio recebido da APCI.

Quanto à avaliação das empresas do papel da APCI na promoção da sustentabilidade empresarial e ODS 46,7% avaliaram como eficaz ou muito eficaz (26,7% e 20%, respectivamente, conforme Figura 17). Realce para que 23,3% das empresas avaliaram como ineficaz e 30% deram uma avaliação neutra.

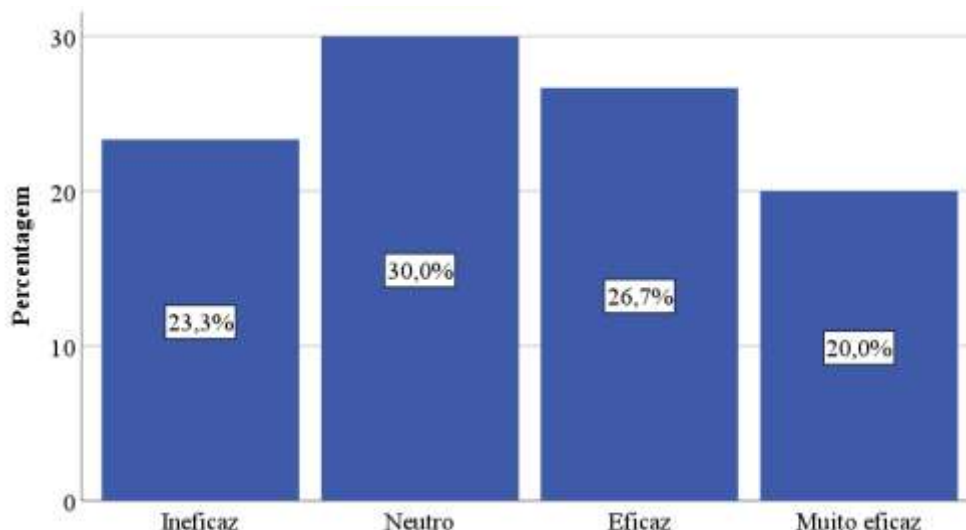
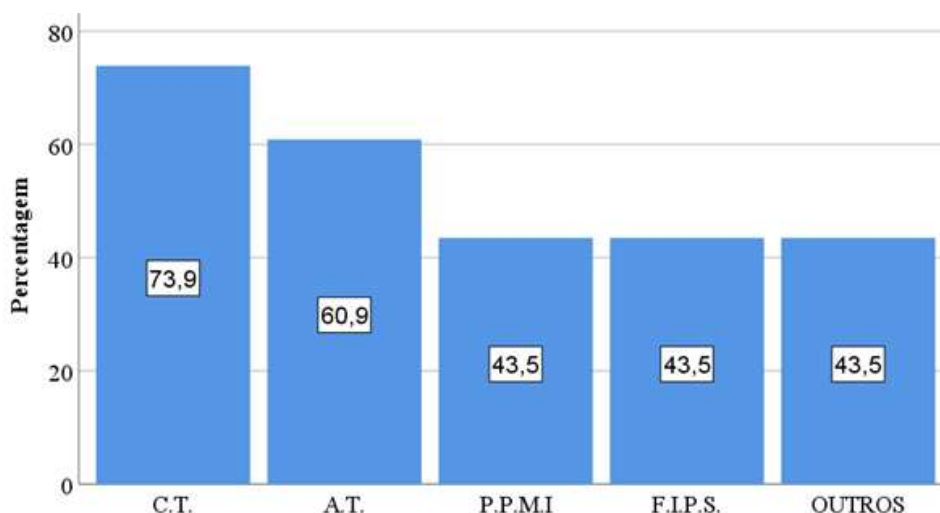


Figura 17: Avaliação do papel da APCI na promoção da sustentabilidade empresarial.

Quanto aos serviços oferecidos pela APCI mais utilizados foram C.T. - Capacitação e treinamentos (73,9%) e A.T. - Assistência técnica (60,9%). Os restantes tiveram uma resposta idêntica (43,3%), como se pode observar na Figura 18.



Nota: C.T. - Capacitação e treinamentos; A.T. - Assistência técnica; P.P.M.I. - Promoção de produtos nos mercados internacionais; F.I.P.S. - Financiamento e incentivos para práticas sustentáveis.

Figura 18: Serviços oferecidos pela APCI, utilizados pelas empresas inquiridas.

Quando questionadas sobre se o apoio da APCI ajudou a empresa a implementar práticas sustentáveis, 56,7% afirmaram que sim e 43,3% que não.

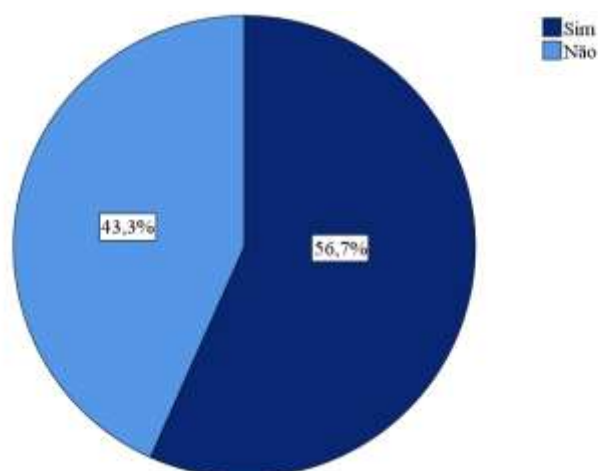


Figura 19: Contributo do Apoio da APCI, para a implementação de práticas sustentáveis nas empresas inquiridas

Estes resultados reforçam conclusões semelhantes identificadas por autores como Sachs et al. (2019) e Mungai et al. (2021), que apontam que agências nacionais de promoção do investimento em países em desenvolvimento muitas vezes carecem de clareza estratégica e de mecanismos eficazes para integrar a sustentabilidade nas suas agendas institucionais. Além disso, a perceção empresarial negativa pode ser agravada por problemas de transparência, comunicação institucional ineficaz, ou falta de envolvimento direto do setor privado na definição de prioridades.

Face a este cenário, torna-se premente que a APCI reavalie as suas estratégias de atuação, com vista a reforçar a confiança do setor empresarial, aumentar a transparência e a comunicação, e promover iniciativas mais alinhadas com as necessidades das empresas e com os compromissos internacionais em matéria de sustentabilidade. A promoção de fóruns de diálogo público-privado, bem como a criação de instrumentos de apoio especificamente orientados para a sustentabilidade (como linhas de crédito verde ou selos de certificação ambiental), pode representar um caminho promissor.

4.7. Modelos e estratégias de sustentabilidade usados atualmente pela APCI em São Tomé e Príncipe, desafios e oportunidades

A APCI de São Tomé e Príncipe tem desempenhado um papel central na promoção da sustentabilidade no país, adotando modelos e estratégias que visam alinhar o desenvolvimento económico com a preservação ambiental e a inclusão social (APCI, 2025). A análise das perceções e práticas empresariais realizada ao longo deste estudo, sustentada na aplicação de inquéritos a uma amostra representativa de empresas e na revisão documental, permitiu não apenas compreender o grau de sensibilização e implementação de práticas sustentáveis no setor

privado, mas também avaliar o papel estratégico desempenhado pela APCI no fomento dessas práticas.

Este ponto visa, assim, responder diretamente a um dos objetivos específicos definidos na metodologia: identificar e caracterizar os modelos e estratégias de sustentabilidade atualmente implementados pela APCI, bem como os desafios e oportunidades associados à sua atuação. Ao examinar as iniciativas em curso, procura-se estabelecer uma ligação entre as políticas públicas, os instrumentos estratégicos e o impacto percebido pelas empresas inquiridas, permitindo compreender de que forma a APCI contribui para o alinhamento da economia nacional com os ODS.

4.7.1. Modelos e Estratégias de Sustentabilidade da APCI

Antes de analisar os desafios e oportunidades, é fundamental descrever os principais modelos e estratégias adotados pela APCI para promover a sustentabilidade empresarial e setorial em São Tomé e Príncipe.

1. Promoção da Economia Azul

São Tomé e Príncipe comprometeu-se com o desenvolvimento sustentável da Economia Azul, integrando esta prioridade na sua visão nacional de desenvolvimento até 2030. O país está a implementar instrumentos estratégicos, como a Estratégia de Transição para a Economia Azul e o Plano de Investimento da Economia Azul, elaborados de forma participativa, com o objetivo de promover setores-chave como a pesca sustentável, o turismo costeiro e as energias renováveis marinhas (RSTP, 2025).

2. Fomento ao Turismo Sustentável

A APCI tem promovido o turismo sustentável como uma estratégia para diversificar a economia e preservar os recursos naturais. Iniciativas incluem a reabilitação de zonas costeiras, melhoria de infraestruturas turísticas com padrões internacionais, capacitação de mão-de-obra local, fomento ao empreendedorismo verde e promoção internacional do arquipélago como destino sustentável (Nón, 2025).

3. Apoio a Projetos de Energia Renovável

O setor energético de São Tomé e Príncipe tem sido um dos principais beneficiários do financiamento climático, com investimentos significativos voltados para a transição energética e a redução da dependência de combustíveis fósseis. O governo estabeleceu metas ambiciosas, como alcançar 50% de energias renováveis na matriz energética até 2030, conforme delineado no Plano de Ação Nacional das Energias Renováveis (PANER) e no Plano de Ação Nacional de Eficiência Energética (PANEE) (BAD, 2024; Nón, 2022).

4.7.2. Desafios Enfrentados e Oportunidades Futuras

Apesar dos avanços, a APCI enfrenta desafios significativos na implementação de suas estratégias de sustentabilidade. Alguns destes desafios são os seguintes:

- **Percepção Negativa do Setor Empresarial:** Pesquisas indicam que uma proporção significativa das empresas inquiridas expressou uma percepção negativa do papel da APCI na promoção de práticas de sustentabilidade empresarial, investimentos sustentáveis e no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- **Capacitação Técnica Limitada:** Há uma necessidade contínua de capacitação técnica em áreas-chave relacionadas com a sustentabilidade, especialmente no setor do turismo (Sousa, 2022).
- **Dependência de Financiamento Externo:** A implementação de projetos de sustentabilidade muitas vezes depende de financiamento externo, o que pode limitar a autonomia e a continuidade das iniciativas.

Apesar dos desafios, existem oportunidades significativas para a APCI fortalecer sua atuação:

- **Acesso a Financiamento Climático:** Com o apoio técnico da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o financiamento do Fundo Verde para o Clima (GCF), o país está a reforçar a sua capacidade de planear e implementar ações de financiamento climático através do programa *Readiness* (RSTP, 2025).
- **Desenvolvimento de Parcerias Estratégicas:** A colaboração com organizações internacionais e o setor privado pode ampliar o alcance e a eficácia das iniciativas de sustentabilidade.
- **Promoção de Iniciativas Locais:** A valorização de produtos “*made in São Tomé e Príncipe*” e o apoio ao empreendedorismo local podem impulsionar a economia sustentável (APCI, 2025).

CONCLUSÃO, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que, embora existam iniciativas em curso para promover a sustentabilidade empresarial em São Tomé e Príncipe, ainda há um caminho considerável a percorrer no que se refere ao envolvimento efetivo das empresas e à percepção positiva das ações institucionais, em particular da APCI. Observa-se que setores como o de serviços estão mais avançados na adoção de práticas sustentáveis, enquanto áreas como a agricultura e a indústria enfrentam desafios estruturais e operacionais mais expressivos. A percepção predominantemente negativa das empresas quanto ao papel da APCI evidencia a necessidade de rever estratégias de comunicação, reforçar o apoio técnico e financeiro e adotar

mecanismos mais inclusivos e participativos que fomentem o engajamento do setor privado no desenvolvimento sustentável.

Ainda que o presente estudo ofereça uma visão abrangente sobre o panorama da sustentabilidade empresarial no país, algumas limitações devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A amostra, embora inclua empresas de diferentes setores, pode não refletir plenamente a diversidade do tecido empresarial nacional, especialmente no que diz respeito a regiões rurais ou de difícil acesso. Ademais, a utilização de inquéritos como principal instrumento de recolha de dados pode ter introduzido viés de desejabilidade social, levando algumas empresas a reportar práticas mais alinhadas com a narrativa da sustentabilidade do que efetivamente praticam. A escassez de dados estatísticos atualizados e a inexistência de indicadores oficiais de sustentabilidade adaptados ao contexto são-tomense também representaram um desafio, dificultando comparações mais consistentes com estudos internacionais e limitando a possibilidade de analisar o impacto das práticas sustentáveis na performance financeira e operacional das empresas.

Neste sentido, reforça-se a importância de que investigações futuras adotem abordagens mistas e multidimensionais, complementando métodos quantitativos e qualitativos para obter uma compreensão mais profunda da realidade empresarial. A criação de indicadores locais de sustentabilidade empresarial, desenvolvidos em articulação com entidades governamentais e o setor privado, poderá contribuir para o estabelecimento de uma base sólida de monitoramento e avaliação de políticas públicas. Paralelamente, recomenda-se que a APCI e outros organismos de governação invistam em programas de capacitação contínua, campanhas de sensibilização e incentivos fiscais direcionados, como forma de impulsionar o comprometimento das empresas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e acelerar a transição para uma economia mais resiliente, inclusiva e ambientalmente responsável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, M. C. S., Castro, F. D., Soares, F. J., & Silva Filho, J. C. L. (2017). A contribuição das práticas de sustentabilidade para a competitividade das empresas. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(1), 34–51.
- AfDB. (2021). *Private Sector Development Strategy*. AfDB Group.
- Almeida, R., & Barbosa, P. (2020). Estrutura etária das empresas em economias em desenvolvimento. *Revista de Economia e Desenvolvimento*, 16(2), 45–59.
- Almeida, S., & Sousa, T. (2018). Sustentabilidade corporativa em PME: Desafios e estratégias. *Revista Portuguesa de Gestão Sustentável*, 7(3), 29–41.
- APCI. (2025). Sobre APCI. https://www.apci.st/index.php/sobre?utm_source=chatgpt.com
- Bad, B. A. de D. (2024). Financiamento da Resiliência Climática e de uma Transição Energética Justa em África: Novas Estratégias e Instrumentos. <https://www.afdb.org/sites/default/files/aeo-chap3-portuguese.pdf>
- Bocken, N. M. P., Short, S. W., Rana, P., & Evans, S. (2014). A literature and practice review to develop sustainable business model archetypes. *Journal of Cleaner Production*, 65, 42–56.
- Carroll, A. B., & Shabana, K. M. (2010). The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice. *International Journal of Management Reviews*, 12(1), 85–105.
- Carvalho, J. M. C. (2019). *Plano nacional de desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe 2020-2024*.
- Ceríaco, L. M. P., De Lima, R. F., Melo, M., & Bell, R. C. (2021). *Biodiversity of the Gulf of Guinea Oceanic Islands* (pp. 3–9).
- Costa, L., Ramos, P., & Almeida, J. (2019). Dinâmica empresarial e envelhecimento organizacional. *Revista Lusófona de Economia*, 13(2), 58–75.
- Dias, R., Ferreira, M., & Lopes, A. (2022). Sustentabilidade e inovação social nas empresas: Perspetivas de mudança organizacional. *Revista Gestão & Tecnologia*, 22(1), 67–81.
- Erin, O., Ackers, B., & Bamigboye, O. (2024). The state of SDGs and sustainability practices of public sector entities: Evidence from under-investigated context. *Journal of Cleaner Production*, 465. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2024.142772>
- FAO. (2022). *State of Agricultural Sustainability in Africa*. FAO.
- Ferreira, V., & Lima, S. (2018). Responsabilidade socioambiental nas PME: entre o discurso e a prática. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental*, 12(1), 23–39.
- Kaefer, F. (2022). *Sustainable Tourism: Future Trends and Priorities*. 49–57. https://doi.org/10.1007/978-3-031-05314-6_4

- Kumari, A., & Singh, M. P. (2023). A journey of social sustainability in organization during MDG & SDG period: A bibliometric analysis. In *Socio-Economic Planning Sciences* (Vol. 88). Elsevier Ltd. <https://doi.org/10.1016/j.seps.2023.101668>
- Leonidou, L. C., Theodosiou, M., Nilssen, F., Eteokleous, P., & Voskou, A. (2024). Evaluating MNEs' role in implementing the UN Sustainable Development Goals: The importance of innovative partnerships. *International Business Review*, 33(3). <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2024.102259>
- Lima, R., & Carvalho, A. (2020). Ciclo de vida das empresas em economias emergentes. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 5(2), 88–102.
- Lopes, F., & Ferreira, T. (2020). Percepções sobre sustentabilidade em micro e pequenas empresas. *Revista Científica de Negócios e Sustentabilidade*, 4(2), 33–48.
- Lopes, M., Ramos, J., & Tavares, S. (2021). Indicadores de responsabilidade ambiental no setor empresarial. *Revista de Desenvolvimento Sustentável*, 10(3), 55–70.
- Lyulyov, O., Pimonenko, T., Saura, J. R., & Barbosa, B. (2024). How do e-governance and e-business drive sustainable development goals? *Technological Forecasting and Social Change*, 199. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2023.123082>
- Matos, A., & Amaral, L. (2019). Barreiras à sustentabilidade empresarial em países em desenvolvimento. *Estudos Em Gestão Ambiental*, 14(2), 12–27.
- Menezes, R., Costa, D., & Almeida, L. (2020). Tipologia empresarial em países africanos de língua portuguesa. *Revista Estudos Estratégicos*, 11(1), 77–90.
- Monte, A. P. (2012, July 11). A Inclusão de Indicadores de responsabilidade social e sustentabilidade nos sistemas de avaliação de desempenho das organizações. *AECA - Revista de La Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas*, 50–56. <http://hdl.handle.net/10198/8908>
- Mungai, M., Kabiru, C., & Akech, C. (2021). Public institutions and sustainable development: Evidence from Sub-Saharan Africa. *Development Policy Review*, 39(5), 733–748.
- Nações Unidas. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development* | Department of Economic and Social Affairs. <https://sdgs.un.org/2030agenda>
- Nón, T. (2022). São Tomé vai produzir 540 kwp de energia solar. *Téla Nón*. <https://www.telanon.info/politica/2022/06/08/37533/sao-tome-vai-produzir-540-kwp-de-energia-solar/>
- Nón, T. (2025). *Turismo com Propósito: São Tomé e Príncipe Desafia o Futuro com Plano Audacioso de Sustentabilidade – Téla Nón*.
- OECD. (2020). *Access to finance for SMEs in developing countries*. OECD Publishing.
- OECD. (2021). *SME and Entrepreneurship Outlook 2021. Organisation for Economic Co-Operation Development*.

- OIT. (2020). *O Ambiente Favorável para Empresas Sustentáveis em São Tomé e Príncipe*.
- Oliveira, D., & Silva, A. (2020). A sustentabilidade como fator de inovação nas PME: Barreiras enfrentadas em países lusófonos. *Revista de Administração e Sustentabilidade*, 8(1), 71–85.
- Opferkuch, K., Caeiro, S., Salomone, R., & Ramos, T. B. (2022). Circular economy disclosure in corporate sustainability reports: The case of European companies in sustainability rankings. *Sustainable Production and Consumption*, 32, 436–456. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2022.05.003>
- Pina, S. G. F., Cláudia, C., & Monte, A. P. (2021). Práticas de responsabilidade social no setor público - o caso das empresas locais em Portugal. <http://hdl.handle.net/10198/24742>
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011). Creating Shared Value. *Harvard Business Review*, 89(1/2), 62–77.
- RANDSTAD. (2025). *Relatórios ESG: um guia para o que muda no sector financeiro*. <https://www.randstad.pt/representacao-esg-financas-guia-profissionais/>
- Rodrigues, M., & Almeida, C. (2019). Estrutura organizacional e segmentação por setor: uma análise estatística em ambientes em desenvolvimento. *Revista Africana de Negócios*, 3(2), 39–52.
- Rodrigues, N., Santos, J., & Ferreira, C. (2019). Apoio governamental às PME em África: Capacitação e financiamento. *Revista Africana de Economia*, 5(1), 12–26.
- RSTP. (2025). *São Tomé e Príncipe compromete-se no desenvolvimento da economia azul como apoio da FAO e o financiamento do GCF*.
- Sachs, J. D. (2015). *The Age of Sustainable Development*. Columbia University Press.
- Sachs, J. D., Schmidt-Traub, G., Kroll, C., Lafortune, G., & Fuller, G. (2019). *Sustainable Development Report 2019*. Cambridge University Press.
- Silva, J., Costa, M., & Lopes, V. (2020). Dimensões empresariais em São Tomé e Príncipe: Uma abordagem estatística. *Revista de Estudos Tropicais*, 6(1), 44–58.
- Silva, J., Mendes, A., & Furtado, I. (2021). Ciclo de vida das empresas e o ambiente regulatório. *Revista de Economia Africana*, 14(2), 31–49.
- Sousa, N. (2022). *O Turismo Sustentável em São Tomé e Príncipe, Desafios e Oportunidades – somosmais.org*.
- STP-PRESS. (2024). *São Tomé e Príncipe vai beneficiar do projeto de desenvolvimento sustentável com apoio do fundo mundial de ambiente - STP-PRESS*.
- UNCTAD. (2022). *World Investment Report: Investing in Sustainable Recovery*. United Nations.
- UNDP. (2020). *Human Development Report 2020: The Next Frontier – Human Development and the Anthropocene*. United Nations Development Programme.
- Wassénus, E., Crona, B., & Quahe, S. (2024). Essential environmental impact variables: A means for transparent corporate sustainability reporting aligned with

planetary boundaries. In *One Earth* (Vol. 7, Issue 2, pp. 211–225). Cell Press.
<https://doi.org/10.1016/j.oneear.2024.01.014>

Yumnam, G., Gyanendra, Y., & Singh, C. I. (2024). A systematic bibliometric review of the global research dynamics of United Nations Sustainable Development Goals 2030. *Sustainable Futures*, 7. <https://doi.org/10.1016/j.sftr.2024.100192>

ANEXOS

Anexo I - Inquérito sobre a Sustentabilidade Empresarial em São Tomé e Príncipe

Caros participantes,

Este inquérito tem como objetivo compreender a perceção e as práticas de sustentabilidade nas empresas de São Tomé e Príncipe, bem como avaliar o papel da Agência de Promoção do Comércio e Investimentos (APCI) na promoção da sustentabilidade empresarial. A sua participação é essencial para o sucesso deste estudo. Agradecemos a sua colaboração!

Instruções: Por favor, responda a todas as perguntas com a maior precisão possível. As suas respostas serão tratadas de forma confidencial e anónima.

Secção 1: Informações Gerais sobre a Empresa

1. **Nome da Empresa:** (Opcional)

2. **Setor de Atividade:**

- Agricultura
- Indústria
- Comércio
- Serviços
- Outro: _____

3. **Tamanho da Empresa:**

- Pequena (menos de 50 empregados)
- Média (50-249 empregados)
- Grande (250 ou mais empregados)

4. **Tempo de Operação da Empresa:**

- Menos de 1 ano
- 1-5 anos
- 6-10 anos
- Mais de 10 anos

Secção 2: Sensibilização e Implementação de Práticas de Sustentabilidade

5. **A sua empresa está sensibilizada para a adoção de práticas de sustentabilidade (económica, social e ambiental)?**

- Sim
- Não
- Em processo de sensibilização

6. Qual o grau de sensibilidade da sua empresa para as questões da sustentabilidade e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

(Escala de 1 a 5, onde 1 é "Nada sensível" e 5 é "Muito sensível")

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

7. A sua empresa adota práticas de responsabilidade social e ambiental, para além da responsabilidade económica?

- Sim
- Não
- Em processo de implementação

7.1. Se sim, a sua empresa realiza o reporte voluntário das suas práticas de sustentabilidade (relatórios ou outras formas de comunicação)?

- Sim
- Não
- Planeado para o futuro

Secção 3: Perceção sobre o Papel da APCI

8. Como a sua empresa percebe o papel da APCI na promoção de práticas de sustentabilidade empresarial?

- (1) Muito positivo
- (2) Positivo
- (3) Neutro
- (4) Negativo
- (5) Muito negativo

9. Como a sua empresa percebe o papel da APCI na promoção de investimentos sustentáveis em São Tomé e Príncipe?

- (1) Muito positivo
- (2) Positivo
- (3) Neutro
- (4) Negativo
- (5) Muito negativo

10. Como a sua empresa percebe o papel da APCI na promoção do desenvolvimento sustentável e no alcance dos ODS em São Tomé e Príncipe?

- (1) Muito positivo
- (2) Positivo
- (3) Neutro
- (4) Negativo
- (5) Muito negativo

Secção 4: Perceção sobre a APCI e a Sustentabilidade

11. A sua empresa já recebeu apoio da APCI?

- () Sim
- () Não

12. Como avalia o papel da APCI na promoção da sustentabilidade empresarial?

- (1) Muito eficaz
- (2) Eficaz
- (3) Neutro
- (4) Pouco eficaz
- (5) Ineficaz

13. Quais dos seguintes serviços oferecidos pela APCI a sua empresa utilizou? (Escolha todas as opções aplicáveis)

- () Capacitação e treinamentos
- () Assistência técnica
- () Promoção de produtos nos mercados internacionais
- () Financiamento e incentivos para práticas sustentáveis
- () Outro: _____

14. O apoio da APCI ajudou a sua empresa a implementar práticas sustentáveis?

- () Sim
- () Não
- () Não aplicável

Secção 6: Impacto da Dimensão e Setor de Atividade

16. A implementação de práticas de sustentabilidade na sua empresa é influenciada pela dimensão ou pelo setor de atividade?

- () Sim
- () Não
- () Não tenho certeza

17. Se sim, de que forma a dimensão ou setor de atividade da sua empresa influenciam a adoção de práticas sustentáveis? (Explique brevemente):

Secção 5: Desafios e Obstáculos

15. Quais são os principais obstáculos enfrentados pela sua empresa na implementação de práticas de sustentabilidade? (Selecione até 3 opções)

- Falta de recursos financeiros
- Falta de conhecimento e capacitação
- Resistência interna a mudanças
- Complexidade na implementação
- Falta de apoio governamental ou incentivos
- Dificuldade de medir e relatar os resultados
- Outros (especificar): _____

Secção 6: Apoio e Capacitação

18. A sua empresa já participou em programas de capacitação ou eventos organizados pela APCI relacionados à sustentabilidade?

- Sim
- Não
- Não sabia que existiam

19. Se sim, esses programas contribuíram para a melhoria das práticas sustentáveis na sua empresa?

- Sim, de forma significativa
- Sim, mas de forma limitada
- Não
- Não participei diretamente

Anexo II – Entrevista semi-estruturada

1. A filosofia e modelos de sustentabilidade empresarial estão a ser aplicados APCI?
2. Quais as dimensões da sustentabilidade e responsabilidade social corporativa estão a ser privilegiadas?
3. Na sua opinião, como a sustentabilidade empresarial pode gerar retorno a APCI? Que vantagens considera que a sustentabilidade social traz para a APCI?
4. Na sua opinião, considera que a adoção da sustentabilidade empresarial requer como consequência, uma reformulação da estrutura organizacional da APCI?
5. Quais são os principais obstáculos para implementação de práticas de sustentabilidade?
6. A APCI enquanto organismo de apoio e facilitador no investimento nas empresas são-tomenses, tem em consideração estes aspetos na avaliação dos projetos apresentados? Qual a dimensão que mais valorizam e a que menos valorizam? Porquê?
7. Quais são os mecanismos que APCI tem para a promoção das políticas e práticas de sustentabilidade nas empresas são-tomenses?
8. Qual o contributo que a APCI tem dado para a sustentabilidade empresarial na (vertente económica, social, ambiental e *governance*) e para os ODS em São Tomé e Príncipe?
9. A implementação de práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, económica e ambiental é influenciada pela dimensão ou setor de atividade das empresas? Porquê?